



# PUC

**DEPARTAMENTO DE DIREITO**

---

## **ESTATUTO DO DESARMAMENTO – ALTERAÇÕES, IMPACTOS E DECRETOS REGULADORES**

**por**

**VICTOR COELHO MARSICO**

**ORIENTADOR(A): SERGIO CHASTINET DUARTE  
GUIMARÃES**

**2023.1**

---

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO

RUA MARQUÊS DE SÃO VICENTE, 225 - CEP 22453-900

RIO DE JANEIRO - BRASIL

# **ESTATUTO DO DESARMAMENTO – ALTERAÇÕES, IMPACTOS E DECRETOS REGULADORES**

**por**

**VICTOR COELHO MARSICO**

Monografia apresentada ao  
Departamento de Direito da Pontifícia  
Universidade Católica do Rio de  
Janeiro (PUC-Rio) para a obtenção do  
Título de Bacharel em Direito.

Orientador(a): Sergio Chastinet  
Duarte Guimarães

**2023.1**

## **Resumo**

O presente trabalho de monografia estuda, primariamente, a Lei nº 10.826/2003, também conhecida como Estatuto do Desarmamento, no que se compreende por seu conteúdo textual e jurídico próprio e por suas regulamentações feitas por intermédio de decretos e portarias. Analisa-se seus procedimentos, as diretrizes normativas gerais e seus tipos penais. É realizado, também, comentário crítico à alguns panoramas atuais que cingem Lei e suas regulações. Assim sendo, o trabalho conta com a utilização de doutrina e estudos, nacionais e estrangeiros, conforme considerado apropriado.

O corpo do trabalho é dividido em três capítulos. O primeiro visa uma breve análise técnica do Estatuto, contendo comentários explicativos sobre procedimentos, mecanismos, dispositivos e delegações da lei de forma geral. O segundo vem a analisar as normas penais instituídas pelo Estatuto, suas estruturas como normas penais em branco subordinadas à decretos regulatórios, além de trazer jurisprudência e doutrina relevantes. O terceiro e último capítulo lida com a crítica geral ao Estatuto, tanto na redação legal e técnica, quanto impactos que este teve sobre a sociedade civil.

Palavras-chave: Estatuto do Desarmamento; Lei Penal em Branco; Posse e Porte de Armas de Fogo; Decretos Federais; Segurança Pública; Análise de Direito Comparado

## Abstract

The present final paper intends to undertake an analysis of Law no. 10.826/2003, commonly known as *Estatuto do Desarmamento*, through the lens of its own textual and legal content and its regulations established through decrees and ordinances. Its procedures, general normative guidelines and criminal offences will be an object of analysis. A critical comment will also be made on some current scenarios that surround the law and its regulations. Therefore, this work relies on the use of national and foreign jurisprudence, as deemed appropriate.

The paper is divided into three chapters. The first aims for a brief technical analysis of the statute, containing explanatory comments on procedures, mechanisms, provisions and delegations of the law in general. The second one analyzes the criminal laws established by the statute, their structures as blank criminal laws subordinated to regulatory decrees, in addition to bringing relevant case law and jurisprudence. The third and final chapter deals with general criticism around the statute, with special emphasis given to its wording and the impacts it generated on civil society.

Keywords: *Estatuto do Desarmamento*; Blank criminal law; Possession and Carrying of Firearms; Federal Decrees; Public Safety; Comparative Law Analysis

## Sumário

1. INTRODUÇÃO.....	05
2. CAPÍTULO 1 – Análise Técnica.....	08
1.1 – Organização do Estatuto na Parte Técnica.....	08
1.2 – Do Sistema Nacional de Armas.....	08
1.3 – Do Registro.....	10
1.4 - Do Porte.....	11
1.5 - Das Disposições Gerais.....	14
1.6 - Das Disposições Finais.....	15
2 CAPÍTULO 2 – Análise dos Tipos Penais.....	17
2.1 - Considerações Preliminares.....	17
2.2 - Dos Tipos Penais.....	18
3 CAPÍTULO 3 – Críticas.....	28

3.1 – Com Relação à Dados, Pesquisas e Estatísticas.....	28
3.2 - A Discricionariedade na concessão de posse e porte de armas de fogo: uma comparação do instituto jurídico no Brasil e nos Estados Unidos da América pós- <i>Bruen</i> .....	33
3.2.1 – Estados Unidos e NYSRPA v. Bruen.....	35
3.2.2 – Brasil e a “efetiva necessidade” no Estatuto do Desarmamento.....	44
3.2.3 – Críticas ao Modelo e Comparação.....	50
3.3 – Dependência de Decretos.....	56
3.3.1 – Calibres de Armas de Fogo.....	56
3.3.2 – Limites Reguladores.....	63
4 CONCLUSÃO.....	70
5 BIBLIOGRAFIA.....	72



## Introdução

O Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.826/03<sup>1</sup>) é promulgado e publicado no final do ano de 2004, substituindo a então, ainda recente, Lei das Armas de Fogo (Lei nº 9.437/97<sup>2</sup>). A lei introduziu novos tipos penais, bem como alterou alguns já presentes na norma anterior. Não somente isso, mas também introduziu várias novas normas e procedimentos regulatórios referentes à aquisição de armas de fogo pelas forças de segurança e por civis interessados, estabelecendo padrões para esse fim.

Desde 2005, quando passou a vigor efetivamente, a Lei instituiu a realização de um referendo naquele primeiro ano e sofreu algumas alterações significativas, mas manteve seu espírito. O ato normativo de primeira grandeza faz uso de normas penais em branco e normas regulamentares, que precisam ser definidas por intermédios de decretos do poder executivo federal e portarias internas do comando do Exército.

Tanto o Estatuto do Desarmamento quanto à temática que o cercam são bastante controversos, além de particularmente técnicos, cujas minúcias são de maneira geral desconhecidas. Há contestações quanto à sua eficácia, sendo objeto de diversas críticas, além de tentativas de substituição ou alterações legislativa com o passar dos anos após sua introdução em nosso ordenamento. Não somente, houve significativas mudanças recentes nos decretos regulamentadores federais referentes à lei que também entraram em foco.

---

<sup>1</sup> BRASIL. Lei 10.826/03. Disponível em:  
[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/l10.826.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.826.htm)

<sup>2</sup> BRASIL. Lei 9.437/97. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9437.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9437.htm)



Este trabalho analisa e realiza um comentário crítico em cima do dispositivo legal, bem como tenta desmitificar esta última, considerando sua temática pouco abordada pela doutrina. Observa-se também suas controvérsias estruturais, paralelamente com os embates doutrinários e jurisprudenciais relevantes a ela atrelados e, de forma suplementar, é realizada também análise através do Direito Comparado.

O Estatuto do Desarmamento sempre foi uma legislação bastante controversa no país, por diversos motivos. Por um lado, é visto como um marco legal relevante, responsável pela tentativa de frear a violência armada do país, quase sempre crescente até poucos anos atrás. Por outro, é considerada um instrumento legal de aplicação arbitrária, como nenhum ou pouco efeito impeditivo real quanto às mortes por armas. Recentemente, o Estatuto ficou sob holofotes devido às suas recentes alterações, por intermédio dos decretos reguladores do governo federal. Tanto o debate público quanto o acadêmico se mostraram frágeis para lidar com o tema, havendo desconhecimento geral do conteúdo e espírito da Lei, bem como dos atos regulatórios que a ela estão agregados. Este trabalho se apresenta com o intuito de contribuir para este debate, de maneira a informar, trazer reflexões sobre o tema e apresentar uma proposta de intervenção viável para a questão.

É pertinente também o reforço, neste tema, da construção de uma doutrina mais especializada e informada. Espera-se também realçar a questão diante da comunidade acadêmica competente, frisando a necessidade de elaboração de mais artigos e pesquisas assim como estatísticas sobre o tema, concomitantemente aprofundando e atualizando os já disponíveis. Desta maneira, maturando-se a querela e depurados os dados apresentados, possivelmente se tornarão mais fiéis à realidade os argumentos expostos no

debate público e presumivelmente melhor incrementada será a legislação atual ou futura a ser implementada sobre o acesso às armas de fogo no país.

## **Capítulo 1 - Análise Técnica**

### **1.1 - Organização do Estatuto na Parte Técnica**

Relativo ao conteúdo legal, a Lei nº 10.826/03, também conhecida pelo nome de Estatuto do Desarmamento, é considerada por parte da doutrina, como uma modernização<sup>3</sup>, ou até mesmo avanço, da legislação anterior, a Lei nº 9.437/97, conhecida como Lei de Armas de Fogo. O novo regulamento trouxe consigo alterações ou remoções de pontos criticados pelos doutrinadores nas redações anteriores<sup>4</sup>.

Ao que concerne o objeto de estudo deste capítulo, serão analisados, integral ou parcialmente, conforme também a relevância dos dispositivos presentes, os Capítulos I, II, III, V e VI. O Estatuto é organizado em seis capítulos referentes aos seguintes subtemas: (i) O Sistema Nacional de Armas, (ii) O Registro das Armas de Fogo, (iii) O Porte de Arma de Fogo, (iv) Os Crimes e as Penas, (v) As Disposições Gerais e (vi) As Disposições Finais.

### **1.2 - Do Sistema Nacional de Armas**

O Capítulo Primeiro do Estatuto do Desarmamento lida com o Sistema Nacional de Armas, mais comumente referido pelo seu acrônimo, SINARM. O sistema não é uma introdução nova da lei atual, tendo sido criado pelo diploma anterior. Sua função primária foi a introdução de uma maneira eficaz do Estado

---

<sup>3</sup> DE JESUS, Damásio Evangelista. Direito Penal do Desarmamento. 5ª Edição. Editora Saraiva. 2005. p.3

<sup>4</sup> BARROS, Walter da Silva. Estatuto do Desarmamento Comentado – Um Estudo Comparado com a Lei de Armas de Fogo Lei nº 9.437/97. Editora Espaço Jurídico. 2005. p.3

brasileiro de se manter atualizado sobre quantas e quais são as armas legalizadas em circulação no país.

Uma das principais mudanças introduzidas pelo Estatuto foi a transição de competência de concessão do porte de arma das polícias civis estaduais para a Polícia Federal, o que se reflete no inciso III do Art.2º, que lida com as competências do sistema. Dessa forma, não tendo mais registros próprios, às Secretarias de Segurança de cada estado e do Distrito Federal foram dados acesso à consulta do Sistema o que diz respeito aos registros e concessões de portes de armas de fogo em seus territórios (Art.2º, XI).

Entretanto, o SINARM não é universal, com o Parágrafo Único do Art.2º ditando suas limitações. Segue:

Art. 2º Ao Sinarm compete:

Parágrafo único. As disposições deste artigo não alcançam as armas de fogo das Forças Armadas e Auxiliares, bem como as demais que constem dos seus registros próprios.

O Sistema Nacional de Armas então, por não abarcar o registro das armas de fogo fora de sua competência, é substituído pelo Sistema de Gerenciamento Militar de Armas, o SIGMA. Neste outro sistema ficam armazenados os dados, não só das Forças Armadas e Auxiliares, mas de todas as armas de fogo em circulação no país, uma vez que as armas de fogo são produtos controlados pelo Exército. Dentro desse outro sistema também serão registradas as armas do Colecionadores, Atiradores e Caçadores, também referidos pelo acrônimo de CACs.

### 1.3 - Do Registro

No Capítulo Segundo é discutido o registro das armas de fogo. O Art.4º da norma lida com os requisitos necessários para a obtenção da posse de uma arma de fogo de calibre permitido. Segue:

Art. 4º Para adquirir arma de fogo de uso permitido o interessado deverá, além de declarar a efetiva necessidade, atender aos seguintes requisitos:

I - comprovação de idoneidade, com a apresentação de certidões negativas de antecedentes criminais fornecidas pela Justiça Federal, Estadual, Militar e Eleitoral e de não estar respondendo a inquérito policial ou a processo criminal, que poderão ser fornecidas por meios eletrônicos;

II – apresentação de documento comprobatório de ocupação lícita e de residência certa;

III – comprovação de capacidade técnica e de aptidão psicológica para o manuseio de arma de fogo, atestadas na forma disposta no regulamento desta Lei.

§ 1º O Sinarm expedirá autorização de compra de arma de fogo após atendidos os requisitos anteriormente estabelecidos, em nome do requerente e para a arma indicada, sendo intransferível esta autorização.

O dispositivo condiciona a aquisição de armas de fogo então a quatro requisitos primários: (i) declaração de efetiva necessidade, (ii) comprovação de idoneidade, na forma ali disposta, (iii) apresentação de documento comprobatório de ocupação lícita e de residência certa e (iv) comprovação de capacidade técnica e de aptidão psicológica para o manuseio de arma de fogo. Como se vê, são três critérios objetivos e um, o primeiro, supostamente discricionário do Poder Público<sup>5</sup>.

---

<sup>5</sup> A redação do *caput* do Art. 4º será objeto de discussão no Terceiro Capítulo do presente trabalho por se tratar de controvérsia doutrinária

A autorização da posse de arma de fogo, como dita o *caput* do Art. 5º da Lei, somente autoriza o proprietário do armamento a manter a arma em sua residência ou domicílio, ou dependência desses, podendo também mantê-la no local de trabalho se titular ou responsável legal pelo estabelecimento ou empresa. Para dar maior segurança jurídica à redação do *caput*, a Lei nº 13.870/19 veio a adicionar o §5º ao Art. 5º, que esclarece que se considera residência, para os residentes de área rural, toda a extensão do respectivo imóvel<sup>6</sup>.

#### 1.4- Do Porte

Ao Terceiro Capítulo compete primariamente a regulamentação do porte de arma de fogo, tendo como artigo norteador central o *caput* do Art. 6º. Segue:

Art. 6º É proibido o porte de arma de fogo em todo o território nacional, salvo para os casos previstos em legislação própria e para:

I – os integrantes das Forças Armadas;

II-os integrantes de órgãos referidos nos incisos I, II, III, IV e V do *caput* do art. 144 da Constituição Federal e os da Força Nacional de Segurança Pública (FNSP);

III – os integrantes das guardas municipais das capitais dos Estados e dos Municípios com mais de 500.000 (quinhentos mil) habitantes, nas condições estabelecidas no regulamento desta Lei;

IV - os integrantes das guardas municipais dos Municípios com mais de 50.000 (cinquenta mil) e menos de 500.000 (quinhentos mil) habitantes, quando em serviço;

V – os agentes operacionais da Agência Brasileira de Inteligência e os agentes do Departamento de Segurança do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República;

VI – os integrantes dos órgãos policiais referidos no art. 51, IV, e no art. 52, XIII, da Constituição Federal;

---

<sup>6</sup> BRASIL. Lei Nº 13.870 de 17 de setembro de 2019. Art. 1. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2019-2022/2019/Lei/L13870.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Lei/L13870.htm)

VII – os integrantes do quadro efetivo dos agentes e guardas prisionais, os integrantes das escoltas de presos e as guardas portuárias;

VIII – as empresas de segurança privada e de transporte de valores constituídas, nos termos desta Lei;

IX – para os integrantes das entidades de desporto legalmente constituídas, cujas atividades esportivas demandem o uso de armas de fogo, na forma do regulamento desta Lei, observando-se, no que couber, a legislação ambiental;

X - integrantes das Carreiras de Auditoria da Receita Federal do Brasil e de Auditoria-Fiscal do Trabalho, cargos de Auditor-Fiscal e Analista Tributário;

XI - os tribunais do Poder Judiciário descritos no art. 92 da Constituição Federal e os Ministérios Públicos da União e dos Estados, para uso exclusivo de servidores de seus quadros pessoais que efetivamente estejam no exercício de funções de segurança, na forma de regulamento a ser emitido pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ e pelo Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP.

O caput já elucida um dos principais pontos pelos quais o Estatuto substituiu a norma anterior, que foi a instituição da proibição do porte de arma de fogo como regra. Nesse sentido, os indivíduos, corporações ou órgãos dos incisos da norma, enumerados em rol taxativo, bem como em outras partes da lei, tornaram-se exceções à regra. O mesmo artigo da Lei de Armas de Fogo de 1997 dava a possibilidade de os estados concederem portes de âmbitos estaduais<sup>7</sup>, o que foi excluído pela norma subsequente, concentrando a competência do Executivo Federal na figura da Polícia Federal.

A redação inicial do Estatuto do Desarmamento continha, no §5º do Art.6º, que o caçador de subsistência fosse registrado juntamente aos outros caçadores, perante o Exército. A Lei nº 11.706/2008 alterou a redação do parágrafo para restringir o funcionamento, bem como o modelo e calibre da

---

<sup>7</sup> BRASIL. Lei Nº 9.437 de 20 de fevereiro de 1997. Art.6. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9437impressao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9437impressao.htm)

arma que o caçador de subsistência poderia ter, bem como alterar o sistema de registro do SIGMA para o SINARM, condicionando então a autorização do porte para o caçador de subsistência à Polícia Federal<sup>8</sup>.

O Art. 9º estabelece competências adicionais para os órgãos do Ministério da Justiça e do Comando do Exército para as concessões de porte de arma. O importante a ser analisado neste artigo é que o Exército é autorizado à concessão do porte de trânsito para os caçadores, atiradores e colecionadores. Entretanto, o que vem ou deveria a vir configurar, na forma prática, a modalidade desse porte, foi alvo de alterações por via de decretos em anos recentes.

Por fim, o Art. 10 explicita, nos três incisos do seu §1º, os requerimentos para o porte. O porte de armas de fogo, com eficácia temporal e territorial limitada, poderá ser concedido desde que o requerente preencha os seguintes requisitos: (i) demonstrar a sua efetiva necessidade, por exercício de atividade profissional de risco ou de ameaça à sua integridade física, (ii) cumprir com as exigências previstas no Art. 4º do Estatuto e (iii) apresentar documentação provando ter de fato a propriedade de arma de fogo, além de seu devido registro no órgão competente.

Observa-se então um critério dicionário de concessão no Art.10, §1º, I, do Estatuto onde o agente público observará os argumentos e o caso concreto do requerente e poderá, mediante seu julgamento, conceder ou negar o pedido. Os subsequentes incisos contêm critérios objetivos.

---

<sup>8</sup> BRASIL. Lei Nº 11.706 de 19 de junho de 2008. Art.1. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Lei/L11706.htm#art1](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11706.htm#art1)



## 1.5 - Das Disposições Gerais

As disposições gerais compõem a parte mais técnica e burocrática do Estatuto. O Art. 23 da Lei nº 10.826/03 confere ao Comando do Exército o poder de ditar quais serão as armas proibidas, restritas, permitidas ou obsoletas, por meio de regulação do Poder Executivo Federal. Esta redação, pertencente ao *caput* do dispositivo, permite então ao Poder Executivo alterar quais os calibres que entraram nessas categorias, consequentemente expandindo ou restringindo o leque das armas de posse ou porte acessíveis à população em geral.

O Art. 24 da referida Lei, além de delegar ao Exército a autoridade para autorização e fiscalização das armas e demais produtos por ele controlados, dá à organização a competência de registro e concessão das licenças de porte de trânsito de arma de fogo de colecionadores, atiradores e caçadores. Em linha similar, na redação do Art. 27, constata-se que cabe ao Exército a autorização de concessão de armas de fogo de uso restrito, o que também abarca os CACs.

Prosseguindo, o Art. 26 do Estatuto do Desarmamento dita que são vedadas a fabricação, a venda, a comercialização e a importação de brinquedos, réplicas e simulacros de armas de fogo, com que estas se possam confundir. Ressalta-se aqui, que por entendimento doutrinário e normativo, não entram no critério do artigo como simulacros, as armas de *airsoft* ou *paintball*<sup>9</sup>, bem como as demais armas de pressão, a gás ou por mola<sup>10</sup>.

---

<sup>9</sup> BRASIL, Ministério da Defesa, Portaria Nº 02-COLOG, de 26 de fevereiro de 2010, Art.2, PU. Disponível em: <http://www.dfpc.eb.mil.br/phocadownload/Portarian02.pdf>

<sup>10</sup> BRASIL, Governo Federal. Decreto Nº 10.030, de 30 de setembro de 2019. Anexo II. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2019-2022/2019/Decreto/D10030.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D10030.htm)

O Estatuto também fixa, por intermédio de seu Art. 28, que é vedada a aquisição de arma de fogo por menor de 25 anos, salvo por integrantes de algumas entidades dos incisos Art. 6º. O que se percebe então é o aumento da idade mínima de aquisição de 21 anos disposta na antiga lei.

## 1.6 - Das Disposições Finais

O Capítulo sexto do Estatuto do Desarmamento lida, primariamente, com a proibição da comercialização de armas e munições proposta pelo *caput* do Art.35 cuja validade foi vinculada ao referendo proposto pelos parágrafos primeiro e segundo do referido artigo. Segue:

Art. 35. É proibida a comercialização de arma de fogo e munição em todo o território nacional, salvo para as entidades previstas no art. 6º desta Lei.

§ 1º Este dispositivo, para entrar em vigor, dependerá de aprovação mediante referendo popular, a ser realizado em outubro de 2005.

§ 2º Em caso de aprovação do referendo popular, o disposto neste artigo entrará em vigor na data de publicação de seu resultado pelo Tribunal Superior Eleitoral.

A pergunta apresentada foi: “O comercio de armas de fogo e munição deve ser proibido no Brasil?”<sup>11</sup>. A votação do referendo foi realizada no primeiro domingo do mês de outubro 2005 onde o voto do “não”, rechaçando o dispositivo, ganhou por 63,94% dos votos válidos, enquanto o “sim” recebeu apenas 36,06% dos votos. O que se pode então concluir, de forma patente, é que o instituto do Art. 35 não vigora e os efeitos do referendo se limitam à eficácia desse dispositivo e esse dispositivo somente. Dito isso, não é incomum encontrar, em textos acadêmicos ou editorais jornalísticos leigos ao tema,

---

<sup>11</sup> BRASIL. Congresso Nacional. Decreto Legislativo Nº 780 de 2005. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decleg/2005/decretolegislativo-780-7-julho-2005-537738-publicacaooriginal-30531-pl.html>

comentários concernentes ao referendo, que não correspondem à realidade factual de seus efeitos.<sup>12</sup>

---

<sup>12</sup> WAKIM, Vasconcelos Reis; TEIXEIRA, Evandro Camargos. Estatuto do Desarmamento no Brasil: Uma Análise Sob a Ótica da Eficiência. Brasília: Economic Analysis of Law Review, 2018. p.2

## Capítulo 2 – Análise dos Tipos Penais

### 2.1 - Considerações Preliminares

O segundo capítulo do presente trabalho analisará os artigos da Lei nº 10.826/03 contidos em seu capítulo IV, que lida com os crimes e as penas trazidos pelo ato normativo. A análise focará nos artigos relevantes ao trabalho, sendo objetos de estudo então os Arts. 12 a 16, inclusa também uma menção breve ao Art.21, devido à sua inconstitucionalidade declarada no ano de 2007. Serão utilizados, de forma primária, as obras dos autores Damásio Evangelista de Jesus e Renato Marcão e, de forma secundária, quaisquer outras relevantes que se apresentem.

Salienta-se que há divergências entre os autores, o que é comum entre os doutrinadores do Direito de todas as áreas. Porém, por mais que inúmeros pontos feitos na obra de Damásio continuem extremamente relevantes, ela data de 2005, e não acompanhou algumas alterações importantes ao longo dos anos. A questão mais válida de se mencionar, de forma preliminar, é que o autor em questão defende que a competência para julgamento dos crimes da Lei nº 10.826/03 reside com a Justiça Federal. Este entendimento já foi superado não constando suporte na doutrina majoritária mais atual ou na jurisprudência<sup>13</sup>.

Vale acentuar, também, que as redações dos Arts. 12, 14 e 16 do Estatuto fazem uso das classificações de calibres permitidos, restritos e proibidos. Dado à natureza das normas como normais penais em branco, as mesmas dependem de uma regulação adicional por parte do Poder Executivo Federal para que sejam definidos os calibres que se encaixam nessas

---

<sup>13</sup> MARCÃO, Renato. Estatuto do Desarmamento – Anotações e interpretação jurisprudencial da parte criminal da Lei n. 10.826/2003. 5º ed. Editora Saraiva Educação, 2021. p. 24

definições. Devido às constantes revogações de decretos normativos realizadas nos últimos anos, o instrumento que atualmente define os calibres é a Portaria nº 1222 – COLOG/2019<sup>14</sup>.

O aspecto de normas penais em branco também fica em evidência, expresso na redação de alguns dos artigos do capítulo IV da legislação. Nominalmente, faz-se exemplo dos Arts. 14 e 16, cujas redações contêm as expressões “sem autorização e em desacordo com determinação regulamentar” em seus *caputs*.

## 2.2- Dos tipos penais

O Art. 12 da Lei nº 10.826/03 lida com a posse irregular de arma de fogo de uso permitido. *In verbis*:

Art. 12. Possuir ou manter sob sua guarda arma de fogo, acessório ou munição, de uso permitido, em desacordo com determinação legal ou regulamentar, no interior de sua residência ou dependência desta, ou, ainda no seu local de trabalho, desde que seja o titular ou o responsável legal do estabelecimento ou empresa:

Pena – detenção, de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa.

A classificação do artigo é de crime comum, de mera conduta. Para Renato Marcão, o objeto jurídico da tutela penal do artigo é a incolumidade pública, já Damásio de Jesus vai além e alega que o objeto é múltiplo, havendo a incolumidade pública como objeto principal e imediato e a proteção da vida,

---

<sup>14</sup> BRASIL. Portaria nº 1222 – COLOG/2019. Disponível em: [http://www.sgex.eb.mil.br/sg8/006\\_outras\\_publicacoes/07\\_publicacoes\\_diversas/01\\_comando\\_do\\_execito/port\\_n\\_1222\\_cmndo\\_eb\\_12ago2019.html](http://www.sgex.eb.mil.br/sg8/006_outras_publicacoes/07_publicacoes_diversas/01_comando_do_execito/port_n_1222_cmndo_eb_12ago2019.html)

a incolumidade física e a saúde dos cidadãos como objeto secundário e mediato<sup>15-16</sup>.

Para ambos os doutrinadores, quanto a ao sujeito ativo, trata-se de crime comum, menos quando se trata do responsável legal ou titular do estabelecimento ou empresa, momento em que se torna então crime próprio. Para com o sujeito subjetivo, trata-se de crime vago, em que a vítima é a coletividade. Os tipos objetivos do artigo seriam dois: possuir e manter sob guarda. O Elemento subjetivo do tipo seria o dolo genérico, não havendo modalidade culposa<sup>17-18</sup>.

Com relação a jurisprudência pertinente ao artigo, deve-se mencionar que, segundo entendimento do Superior Tribunal de Justiça, a posse de arma de fogo com registro vencido não configura o crime do artigo, tratando-se apenas de mera irregularidade administrativa. No entendimento da corte superior:

PENAL. ART. 12 DO ESTATUTO DO DESARMAMENTO. GUARDA DE ARMA EM RESIDÊNCIA COM REGISTRO VENCIDO. CONDUTA ATÍPICA. AUSÊNCIA DE DOLO. ART. 16 DO MESMO ESTATUTO. POSSE E GUARDA DE MUNIÇÃO DE USO RESTRITO. CONSELHEIRO EQUIPARADO A DESEMBARGADOR. LEI ORGÂNICA DA MAGISTRATURA E DIREITO A PORTE DE ARMA PARA DEFESA PESSOAL. NÃO DISCRIMINAÇÃO NA LOMAN ENTRE MUNIÇÃO DE USO PERMITIDO E DE USO RESTRITO. ATIPICIDADE RECONHECIDA. 1. Os objetos jurídicos dos tipos previstos nos arts. 12 (guarda de arma de uso permitido em residência) e 16 (posse de munição de uso restrito) da

---

<sup>15</sup> MARCÃO, Renato. Estatuto do Desarmamento – Anotações e interpretação jurisprudencial da parte criminal da Lei n. 10.826/2003. 5º ed. Editora Saraiva Educação, 2021. p. 16

<sup>16</sup> DE JESUS, Damásio E. Direito Penal do Desarmamento. 5ª ed. São Paulo: Editora Saraiva. 2005. p 32

<sup>17</sup> MARCÃO, Renato. Estatuto do Desarmamento – Anotações e interpretação jurisprudencial da parte criminal da Lei n. 10.826/2003. 5º ed. Editora Saraiva Educação, 2021. p. 15 a 19

<sup>18</sup> DE JESUS, Damásio E. Direito Penal do Desarmamento. 5ª ed. São Paulo: Editora Saraiva. 2005. p 33 a 36

Lei n. 10.826/2003 - Estatuto do Desarmamento - são a administração pública e, reflexamente, a segurança, incolumidade e paz pública (crime de perigo abstrato). No primeiro caso, para se exercer controle rigoroso do trânsito de armas e permitir a atribuição de responsabilidade pelo artefato; no segundo, para evitar a existência de armas irregulares circulando livremente em mãos impróprias, colocando em risco a população. 2. Se o agente já procedeu ao registro da arma, a expiração do prazo é mera irregularidade administrativa que autoriza a apreensão do artefato e aplicação de multa. A conduta, no entanto, não caracteriza ilícito penal.( STJ, APn 686 / AP, Corte Especial, Relator Ministro João Otávio de Noronha – Julgado 21/10/2015 – Publicado Dje 29/10/2015)

Também deve-se mencionar que o Art. 12 do Estatuto não vigorou, restando em período de *vacatio legis*, entre os dias 23 de dezembro de 2003 e 31 de dezembro de 2009. Ocorreu então *abolitio criminis temporalis*, sem efeito *ex-tunc* para com os crimes cometidos durante a vigência da Lei n° 9.437/97<sup>19</sup>.

Isso se deu por uma sequência de extensões de prazos, inicialmente realizados por medida provisória, e após a intervenção do Supremo Tribunal Federal<sup>20</sup>, por intermédio de lei. Assim, a última redação do Art. 30 do Estatuto do Desarmamento foi concebida pelo Art. 20 da Lei n° 11.922/09<sup>21</sup>, não havendo mais nenhuma edição posterior.

Seguindo, o *caput* Art. 13 do Estatuto diz respeito à Omissão de Cautela. Textualmente:

<sup>19</sup> MARCÃO, Renato. Estatuto do Desarmamento – Anotações e interpretação jurisprudencial da parte criminal da Lei n. 10.826/2003. 5° ed. Editora Saraiva Educação, 2021. p. 29

<sup>20</sup> BRASIL. Supremo Tribunal Federal – Tema 650. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/jurisprudenciaRepercussao/verAndamentoProcesso.asp?incidente=4455790&numeroProcesso=768494&classeProcesso=RE&numeroTema=650>

<sup>21</sup> BRASIL. Lei 11.922/09. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Lei/L11922.htm#art20](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11922.htm#art20)

Art. 13. Deixar de observar as cautelas necessárias para impedir que menor de 18 (dezoito) anos ou pessoa portadora de deficiência mental se apodere de arma de fogo que esteja sob sua posse ou que seja de sua propriedade:

Pena – detenção, de 1 (um) a 2 (dois) anos, e multa.

Quanto à classificação do *caput* do Art.13, haverá uma divergência doutrinária significativa. Renato Marcão entenderá que é crime material<sup>22</sup>:

É crime material, pois não basta à condição típica que o possuidor ou proprietário, tão somente, deixe de observar as cautelas necessárias para impedir que menor de 18 anos ou pessoa portadora de deficiência mental se apodere de arma de fogo. É necessário que ocorra o efetivo apoderamento da arma de fogo por pessoa menor de 18 anos ou por deficiente mental. Do contrário não restará configurado o crime, nem mesmo na forma tentada, visto tratar-se de crime culposos, que, portanto, não admite tentativa. Estando a arma em mãos daqueles a quem o tipo penal se refere expressamente em grau de tutela, o perigo de lesão é presumido.

Em sentido contrário, Damásio de Jesus entenderá que o crime é de lesão e de mera conduta<sup>23</sup>. Contrário ainda aos dois doutrinadores anteriores, Renato Brasileiro de Lima entende que se trata de um crime de perigo abstrato<sup>24</sup>.

O objeto jurídico e o sujeito serão os mesmo que o do artigo anterior, para ambos Jesus e Marcão. Há uma diferença entre o sujeito ativo, entretanto. Para Damásio, o crime seria comum, podendo ser cometido por qualquer pessoa<sup>25</sup>, enquanto para Marcão, o crime seria próprio, podendo só ser

---

<sup>22</sup> MARCÃO, Renato. Estatuto do Desarmamento – Anotações e interpretação jurisprudencial da parte criminal da Lei n. 10.826/2003. 5º ed. Editora Saraiva Educação, 2021. p. 39 a 40

<sup>23</sup> DE JESUS, Damasio E. Direito Penal do Desarmamento. 5ª ed. São Paulo: Editora Saraiva. 2005. p 38

<sup>24</sup> DE LIMA, Renato Brasileiro. Legislação Criminal Especial Comentada. 9º ed. Salvador: JusPodivm. 2021. p. 445.

<sup>25</sup> DE JESUS, Damásio E. Direito Penal do Desarmamento. 5ª ed. São Paulo: Editora Saraiva. 2005. p 39



cometido pelo possuidor ou proprietário da arma. Na opinião jurídica deste último doutrinador, o *caput* do artigo tem elemento subjetivo do tipo definido pelo título de culpa, na negligência, não havendo forma dolosa<sup>26</sup>.

Antes de adentrarmos nos próximos artigos do Estatuto, é válido realizar um adendo com relação ao parágrafo único do Art. 14, o parágrafo único do Art. 15 e o Art. 21. Todos os três dispositivos citados não estão mais em vigor, tendo sido declarados inconstitucionais após decisão do Supremo Tribunal Federal na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3112<sup>27</sup>. Segue ementa:

EMENTA: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI 10.826/2003. ESTATUTO DO DESARMAMENTO. INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL AFASTADA. INVASÃO DA COMPETÊNCIA RESIDUAL DOS ESTADOS. INOCORRÊNCIA. DIREITO DE PROPRIEDADE. INTROMISSÃO DO ESTADO NA ESFERA PRIVADA DESCARACTERIZADA. PREDOMINÂNCIA DO INTERESSE PÚBLICO RECONHECIDA. OBRIGAÇÃO DE RENOVAÇÃO PERIÓDICA DO REGISTRO DAS ARMAS DE FOGO. DIREITO DE PROPRIEDADE, ATO JURÍDICO PERFEITO E DIREITO ADQUIRIDO ALEGADAMENTE VIOLADOS. ASSERTIVA IMPROCEDENTE. LESÃO AOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA E DO DEVIDO PROCESSO LEGAL. AFRONTA TAMBÉM AO PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. ARGUMENTOS NÃO ACOLHIDOS. FIXAÇÃO DE IDADE MÍNIMA PARA A AQUISIÇÃO DE ARMA DE FOGO. POSSIBILIDADE. REALIZAÇÃO DE REFERENDO. INCOMPETÊNCIA DO CONGRESSO NACIONAL. PREJUDICIALIDADE. AÇÃO JULGADA PARCIALMENTE PROCEDENTE QUANTO À PROIBIÇÃO DO ESTABELECIMENTO DE FIANÇA E LIBERDADE PROVISÓRIA. I - Dispositivos impugnados que constituem mera reprodução de normas constantes da Lei 9.437/1997, de iniciativa do Executivo, revogada pela Lei 10.826/2003, ou são consentâneos com o que nela se dispunha, ou, ainda, consubstanciam preceitos que guardam afinidade lógica, em uma relação de pertinência, com a Lei 9.437/1997 ou com o PL 1.073/1999, ambos encaminhados ao Congresso Nacional pela Presidência da República, razão pela qual não se caracteriza a

<sup>26</sup> MARCÃO, Renato. Estatuto do Desarmamento – Anotações e interpretação jurisprudencial da parte criminal da Lei n. 10.826/2003. 5º ed. Editora Saraiva Educação, 2021. p. 40 a 42

<sup>27</sup> Disponível em: <https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search/sjur89892/false>

alegada inconstitucionalidade formal. II - Invasão de competência residual dos Estados para legislar sobre segurança pública inócurre, pois cabe à União legislar sobre matérias de predominante interesse geral. III - O direito do proprietário à percepção de justa e adequada indenização, reconhecida no diploma legal impugnado, afasta a alegada violação ao art. 5º, XXII, da Constituição Federal, bem como ao ato jurídico perfeito e ao direito adquirido. IV - A proibição de estabelecimento de fiança para os delitos de "porte ilegal de arma de fogo de uso permitido" e de "disparo de arma de fogo", mostra-se desarrazoada, porquanto são crimes de mera conduta, que não se equiparam aos crimes que acarretam lesão ou ameaça de lesão à vida ou à propriedade. V - Insusceptibilidade de liberdade provisória quanto aos delitos elencados nos arts. 16, 17 e 18. Inconstitucionalidade reconhecida, visto que o texto magno não autoriza a prisão ex lege, em face dos princípios da presunção de inocência e da obrigatoriedade de fundamentação dos mandados de prisão pela autoridade judiciária competente. VI - Identificação das armas e munições, de modo a permitir o rastreamento dos respectivos fabricantes e adquirentes, medida que não se mostra irrazoável. VII - A idade mínima para aquisição de arma de fogo pode ser estabelecida por meio de lei ordinária, como se tem admitido em outras hipóteses. VIII - Prejudicado o exame da inconstitucionalidade formal e material do art. 35, tendo em conta a realização de referendo. IX - Ação julgada procedente, em parte, para declarar a inconstitucionalidade dos parágrafos únicos dos artigos 14 e 15 e do artigo 21 da Lei 10.826, de 22 de dezembro de 2003. (ADI 3112, Relator(a): RICARDO LEWANDOWSKI, Tribunal Pleno, julgado em 02/05/2007, Publicado 26-10-2007)

Posto isso, deve-se considerar que os próximos dois artigos a serem analisados serão considerados apenas por seus *caputs*, ainda em validade, uma vez que a declaração da inconstitucionalidade dos seus parágrafos únicos em nada impactou negativamente o restante dos dispositivos.

O *caput* do Art.14 da Lei nº 10.826/03 trata do porte ilegal de arma de fogo de uso permitido. Textualmente:

Art. 14. Portar, deter, adquirir, fornecer, receber, ter em depósito, transportar, ceder, ainda que gratuitamente, emprestar, remeter, empregar, manter sob guarda ou ocultar arma de fogo, acessório ou munição, de uso permitido, sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar:

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa.

O crime é comum quanto a sua classificação. O sujeito ativo pode ser qualquer pessoa e o sujeito passivo é, mais uma vez, a coletividade. Não há divergência entre os autores principais, salvo com relação ao objeto jurídico tutelado, o qual Damásio distingue em objeto primário e secundário. Ambos apontam que o crime pode ser cometido por concretização de um dos seus treze verbos descritos na norma<sup>28-29</sup>.

Renato levanta um ponto interessante sobre a redação do *caput* do Art.14, orientando que não há presente o verbo “vender”. Nas palavras do autor:

O art.14 da Lei n. 10.826/2003 não tipifica o verbo vender. É preciso, diante do caso concreto, que se faça justa adequação em face de outro verbo previsto, pois antes da venda o agente necessariamente deverá ter praticado qualquer das demais condutas reguladas. (...) Necessário não perder de vista, ainda o disposto nos art. 16, § 1º, V e 17, *caput*, ambos da Lei n. 10.826/2003.

O *caput* do Art. 15 do Estatuto irá se debruçar sobre o crime de disparo de arma de fogo ou acionamento de munição. Segue:

Art. 15. Disparar arma de fogo ou acionar munição em lugar habitado ou em suas adjacências, em via pública ou em direção a ela, desde que essa conduta não tenha como finalidade a prática de outro crime:

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa.

---

<sup>28</sup> DE JESUS, Damásio E. Direito Penal do Desarmamento. 5ª ed. São Paulo: Editora Saraiva. 2005. p 43 a 52

<sup>29</sup> MARCÃO, Renato. Estatuto do Desarmamento – Anotações e interpretação jurisprudencial da parte criminal da Lei n. 10.826/2003. 5º ed. Editora Saraiva Educação, 2021. p. 40 a 42

Não há mudança significativa na opinião dos autores desde o mencionado nos artigos anteriores no referente a suas posições quanto a classificação, sujeito ativo, passivo e elemento subjetivo de tipo. Embora admitam a possibilidade de tentativa tanto Damásio<sup>30</sup> e Marcão<sup>31</sup>, entendimento também acompanhado por Renato Brasileiro de Lima<sup>32</sup>, haverá uma discordância doutrinária por parte dos Delmanto<sup>33</sup>, que entenderão que a tentativa não é possível.

O Art. 16 é o artigo mais extensivo dos contidos no Estatuto. Ele lida com a posse ou porte de arma de fogo de calibre restrito ou proibido. O *caput* estabelece os tipos objetivos referentes ao calibre restrito, com o seu § 1 e subsequentes seis incisos estabelecendo os casos em que a pena do *caput* também irá ser aplicada. O § 2 estabelecerá pena maior se o agente realizar os tipos objetivos do *caput* com arma de fogo de uso proibido. Textualmente:

Art. 16. Possuir, deter, portar, adquirir, fornecer, receber, ter em depósito, transportar, ceder, ainda que gratuitamente, emprestar, remeter, empregar, manter sob sua guarda ou ocultar arma de fogo, acessório ou munição de uso restrito, sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar:

Pena – reclusão, de 3 (três) a 6 (seis) anos, e multa.

§ 1º Nas mesmas penas incorre quem:

I – suprimir ou alterar marca, numeração ou qualquer sinal de identificação de arma de fogo ou artefato;

---

<sup>30</sup> DE JESUS, Damásio E. Direito Penal do Desarmamento. 5ª ed. São Paulo: Editora Saraiva. 2005. p 93

<sup>31</sup> MARCÃO, Renato. Estatuto do Desarmamento – Anotações e interpretação jurisprudencial da parte criminal da Lei n. 10.826/2003. 5º ed. Editora Saraiva Educação, 2021. p. 84 e 85

<sup>32</sup> DE LIMA, Renato Brasileiro. Legislação Criminal Especial Comentada. 9º ed. Salvador: JusPodivm. 2021. p. 457

<sup>33</sup> DELMANTO, Roberto, et al. Leis Penais Especiais Comentadas. 3º ed. São Paulo: Saraiva. 2018. P.805

II – modificar as características de arma de fogo, de forma a torná-la equivalente a arma de fogo de uso proibido ou restrito ou para fins de dificultar ou de qualquer modo induzir a erro autoridade policial, perito ou juiz;

III – possuir, detiver, fabricar ou empregar artefato explosivo ou incendiário, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar;

IV – portar, possuir, adquirir, transportar ou fornecer arma de fogo com numeração, marca ou qualquer outro sinal de identificação raspado, suprimido ou adulterado;

V – vender, entregar ou fornecer, ainda que gratuitamente, arma de fogo, acessório, munição ou explosivo a criança ou adolescente; e

VI – produzir, recarregar ou reciclar, sem autorização legal, ou adulterar, de qualquer forma, munição ou explosivo.

§ 2º Se as condutas descritas no **caput** e no § 1º deste artigo envolverem arma de fogo de uso proibido, a pena é de reclusão, de 4 (quatro) a 12 (doze) anos.

Para Renato Marcão, houve uma *vacatio legis* indireta do Art.16 do Estatuto, por conta da prorrogação disposta no Art. 20 da Lei 11.922/09 que alterou o Art. 30 do Estatuto do Desarmamento<sup>34</sup>. Nesse sentido, ele também faz referência de que houve *vacatio legis* indireta também no que se referia às armas de calibre permitido com numeração raspada, que estariam inclusas no Art.16, IV da Lei nº 10.826/03. Essa tese foi corroborada pelo Superior Tribunal de Justiça na sua Súmula 513. Segue:

A 'abolitio criminis' temporária prevista na Lei n. 10.826/2003 aplica-se ao crime de posse de arma de fogo de uso permitido com numeração, marca ou qualquer outro sinal de identificação raspado, suprimido ou adulterado, praticado somente até 23/10/2005.

---

<sup>34</sup> MARCÃO, Renato. Estatuto do Desarmamento – Anotações e interpretação jurisprudencial da parte criminal da Lei n. 10.826/2003. 5º ed. Editora Saraiva Educação, 2021. p. 127

(SÚMULA 513, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 11/06/2014, DJe 16/06/2014)

Não há diferenciação significativa nas posições do autor previamente citado quanto à classificação referente ao sujeito ativo, passivo e elemento subjetivo de tipo<sup>35</sup>.

O mais importante a se comentar do Art.16 do Estatuto do Desarmamento foi a ênfase que o legislador pôs neste dispositivo. Comparativamente, pode-se analisar uma escalada de repressão contida nos dispositivos referentes às condutas que se visou coibir na sociedade.

O Art. 12 da mesma lei estabelece uma pena de detenção para seu descumprimento, uma forma mais branda de lidar com o indivíduo que não registrou sua arma adquirida de forma legal no prazo ou que insiste em manter arma de calibre restrito em sua residência em desacordo com a lei. O Art. 14, por sua vez, estabelece pena de reclusão, retratando uma reação à conduta considerada mais ofensiva à sociedade, o porte de arma. Assim também, visa-se punir aquele indivíduo que, tendo a posse de arma de calibre permitido, não abuse de seu direito e adentre com ela no espaço público.

O Art. 16 da Lei nº 10.826/03 estabelecerá penas de reclusão maiores que as do Art.14 da mesma lei, especialmente por lidar com artefatos que, à época da edição da lei, eram cerceados à poucos segmentos da população civil, às Forças Armadas e Auxiliares. No mesmo sentido observa-se a tipificação, nos incisos do Art.16, de uma série de condutas relacionadas com organizações criminosas, como o emprego de artefatos explosivos, supressão de numeração de arma de fogo e envolvimento de crianças e adolescentes.

---

<sup>35</sup> IBIDEM, p 89 a 123

## **Capítulo 3 - Críticas**

O terceiro capítulo do presente trabalho será o mais robusto e extensivo, comparativamente aos outros. Isso se dá pela complexidade da temática e pelo número considerável de pontuações a serem feitas tanto no tema geral quanto na Lei em si e em alguns dispositivos correlatos. Serão analisadas todas as problemáticas ou pontos controversos do debate público e acadêmico encontrados ao longo do estudo.

### **3.1 - Com Relação à Dados, Pesquisas e Estatísticas**

Por trás de qualquer política pública é necessário que se apresente um nível de sustentação na realidade fática para que, uma vez solidificada em Lei ou objeto jurídico normativo regulatório, possa ter êxito em sua execução e alcançar o resultado esperado por quem a propôs. Essa sustentação vem, na maioria dos casos por pesquisas científicas.

Entretanto, como diz o ditado popular: “A estatística é a arte de torturar os números até que eles confessem”. Quando tratamos do tema de controle de armas de fogo; controverso, politizado e complexo, há de se também averiguar a precisão e a confiabilidade dos estudos, dados e estatísticas que vagam pelo meio jornalístico e acadêmico a fim de compreender a situação, complicada; com a qual nos deparamos atualmente.

Aqui, analisaremos a situação nos EUA, de forma geral. A escolha se dá pela maior quantidade e diversidade de fontes de pesquisas disponíveis. Comparar países, no que tange às suas leis, é uma tarefa meticulosamente realizada pelo Direito Comparado. Comparar o impacto e resultado dessas leis

é ainda mais difícil. Contrapor dados, efeitos e legislações de ambientes jurídicos, sociais e culturais distintos deve ser feito de forma delicada, de maneira que se evitem colocações descabidas.

Em 2022, os professores de direito Nicholas Johnson, George Mocksary, Gregory Wallace, Donald Kilmer e David Kopel lançaram a terceira e mais atualizada versão de seu livro “*Firearms Laws and The Second Amendment: Regulation, Rights, and Policy*”. Os autores optaram, no primeiro capítulo do livro, lidar com os fatos, dados e a ciência social que envolve a temática. O presente trabalho, no que consta seu capítulo crítico, não poderia também começar de outra forma, ou seja, que se não pelos fatos.

Os autores realizaram, então, a compilação de três metaestudos, que como explicado pelos mesmos, são a compilação de resultados de outros estudos em um único estudo com objetivo de encontrar resultados mais completos que os individuais<sup>36</sup>. Os primeiros dois metaestudos foram realizados pela Task Force on Community Preventive Services, com ajuda da CDC (Center for Disease Control, agência do Departamento de Saúde e Serviços Humanos do Governo Federal) em 2003 e outro pelas National Academies a pedido de agências federais, incluindo a CDC, em 2004. Os estudos foram inconclusivos, na palavra dos próprios autores<sup>37</sup>:

Ambas as pesquisas da Task Force e National Research são agnósticas na efetividade de controle de armas existentes. Ou seja, ambos os metaestudos concluem que os dados e estudos existentes são insuficientes para desenhar conclusões sólidas sobre se controle de armas (em suas várias formas) reduzem ou aumentam violência, e os dados não permitem conclusões sobre se posse de armas ou

---

<sup>36</sup> JOHNSON, Nicholas J.; KOPEL, David B.; MOCSARY, George A.; Wallace, E. Gregory; KILMER, Donald. *Firearms Law and The Second: Regulation, Rights, and Policy*, Estados Unidos, Wolters Kluwer, 2022, p. 2

<sup>37</sup> IBIDEM



porte de armas (em suas várias formas) reduzem ou aumentam violência.<sup>38</sup> – Tradução do autor.

O terceiro metaestudo trazido pelos autores, mais recente, foi realizado pela RAND Corporation em 2018 e atualizado em 2020. O estudo lidou com publicações científicas que analisaram treze tipos diferentes de políticas públicas. O resultado foi que só se encontrou evidências para três conclusões: (i) que leis de guarda segura de armas diminuem as mortes e machucados autoinduzidos por arma de fogo entre jovens, (ii) que essas mesmas leis diminuem os machucados e mortes não intencionais em crianças e que (iii) leis de “stand-your-ground”<sup>39</sup> são associadas com o aumento de homicídios. Ainda assim, a efetividade dessas políticas se limitava a evidências em escalas moderadas, limitadas, inconclusivas ou com falta total de evidência<sup>40</sup>. Os autores afirmam<sup>41</sup>:

Somando todos os metaestudos juntos, a conclusão é que exceto em poucos tópicos, a área de pesquisa em ciências sociais foi incapaz de dizer se a maioria das leis que restringem ou flexibilizam o controle de armas fazem alguma diferença. Pode ser difícil desenhar conclusões sólidas sobre os efeitos de tais políticas interventivas voltadas à um complicado conjunto de comportamentos.<sup>42</sup> – Tradução do autor.

---

<sup>38</sup> Trecho original:” Both the Task Force and National Research studies are agnostic on the effectiveness of existing gun controls. That is, both metastudies conclude that existing data and studies are insufficient to draw solid conclusions about whether gun control (in its various forms) reduces or increases violence, and the data do not permit conclusions about whether gun ownership or gun carrying (in various forms) reduce or increase violence”.

<sup>39</sup> “Mantenha seu chão”, do inglês, “stand-your-ground”, é um conceito jurídico que expande um outro conceito existente: a secular Doutrina do Castelo (Castle Doctrine) da common law inglesa. Na “Castle Doctrine”, entende-se que uma vez confrontado com um invasor de sua residência, seu “castelo”, o indivíduo teria o direito de exercer uma legítima defesa com o uso de força letal. Ou seja, as leis de “stand-your-ground” habilitam a possibilidade do uso de força letal em ambientes alheios aos da residência do indivíduo ameaçado. Disponível em: <https://www.britannica.com/topic/stand-your-ground-laws>

<sup>40</sup> JOHNSON, Nicholas J.; KOPEL, David B.; MOCSARY, George A.; WALLACE, E. Gregory; KILMER, Donald. *Firearms Law and The Second: Regulation, Rights, and Policy*, Estados Unidos, Wolters Kluwer, 2022, p. 3

<sup>41</sup> IBIDEM, p. 3-4

<sup>42</sup> Trecho Original: “Adding all the metastudies together, the bottom line is that except on a few topics, social science research has been unable say whether most laws that tighten or relax gun control make

Na mesma linha de explicação os autores explicitam que, como em outras áreas das ciências sociais, haveria suscetibilidade de erros metodológicos ou do viés pessoal dos pesquisadores. Os autores então citam outra pesquisa<sup>43</sup>:

Um potencial problema de estudos sobre leis de armas de fogo é a forma como as afiliações e os interesses pessoais do autor distorcem os resultados do estudo e influenciam o que deve ser publicado. Isso pode ser particularmente problemático quando pesquisadores são financiados por grupos a favor ou contra as armas de fogo e quando essas organizações têm controle sobre qual material é publicável e o que não é, e também quando os pesquisadores escolhem propositalmente apresentar apenas o resultado que corresponda aos seus interesses.<sup>44</sup> – Tradução do autor.

Voltando o foco para o último metaestudo apresentado pelos autores, da RAND Corporation, pode-se concluir que, ao menos nos Estados Unidos, não há um problema na quantidade de estudos disponíveis, mas sim na qualidade, robustez e parcialidade. O próprio metaestudo foi objeto de análise e crítica do estatístico Aaron Brown, professor da Universidade de Nova York, em um artigo seu para a revista Reason.<sup>45</sup>

Segundo Brown, dos 27.900 estudos de efetividade de políticas públicas de armas de fogo analisados pela RAND, apenas 123 desses estudos testaram

---

any difference. It can be difficult to draw solid conclusions about the effects of such policy interventions aimed at a complicated set of behaviors.”

<sup>43</sup> SANTAELLA-TENORIO, Julian et al. What Do We Know About the Association Between Firearm Legislation and Firearm-Related Injuries?. *Epidemiologic Reviews* 171, 2017, p. 39, apud, JOHNSON Nicholas J.; KOPEL, David B.; MOCSARY, George A.; Wallace, E. Gregory; KILMER, Donald. *Firearms Law and The Second: Regulation, Rights, and Policy*, Estados Unidos, Wolters Kluwer, 2022, p. 1-2

<sup>44</sup> Trecho Original: “One potential problem of studies on firearm laws in the way in which the author’s affiliations and personal interests bias study results and influence what is to be published. This can be particularly problematic when researchers are funded by for-or-against firearms groups and when these organizations have control of what material is publishable and what is not, and also when researchers purposely select to present only the result that matches their interests.”

<sup>45</sup> BROWN, Aaron; MONTICELLO, Justin. Do Studies Show Gun Control Works? No. *Reason Magazine*. 2022. Disponível em: <https://reason.com/video/2022/03/31/do-studies-show-gun-control-works-no/>

os efeitos de forma rigorosa batendo os critérios estabelecidos pelo próprio metaestudo, e mesmo esses 123 estudos apresentariam sérios problemas estatísticos. Explica o professor no artigo<sup>46</sup>:

Os 123 artigos identificados pela RAND testaram 722 hipóteses separadas sobre o impacto das políticas de controle de armas para “significância estatística”. Periódicos revisados por pares geralmente aceitam um resultado como estatisticamente significativo se ele tiver uma chance em 20 ou menos de ser devido ao acaso. Então, se os pesquisadores executarem 100 testes sobre a relação entre duas coisas que obviamente não têm nenhuma conexão entre si – digamos, consumo de leite e acidentes de carro – por puro acaso, pode-se esperar que eles obtenham cinco resultados estatisticamente significativos que são inteiramente coincidentes, como os que bebem leite se envolvem em mais acidentes. Em termos dos estudos de controle de armas considerados rigorosos pela RAND, isso significa que, mesmo que não houvesse relação entre as leis de armas e a violência – bem como a relação entre beber leite e se envolver em acidentes de carro –, ainda assim, esperaríamos cerca de cinco por cento dos 722 testes dos estudos, ou 36 resultados, para mostrar que os regulamentos sobre armas tiveram um impacto significativo, mas os artigos existentes encontram resultados positivos para apenas 18 combinações de medidas e resultados de controle de armas (como períodos de espera de compra e suicídios com armas). Isso não é diretamente comparável aos 36 falsos positivos esperados, já que algumas combinações tiveram o apoio de vários estudos. Mas não está fora de linha com o que esperaríamos se as medidas de controle de armas não fizessem diferença<sup>47</sup> – Tradução do autor.

---

<sup>46</sup> IBIDEM

<sup>47</sup> Trecho original: The 123 papers identified by RAND tested 722 separate hypotheses about the impact of gun control policies for “statistical significance”. Peer-reviewed journals generally accept a result as statistically significant if it has a one-in-20 chance or less of being due to random chance. So if researchers run 100 tests on the relationship between two things that obviously have no connection to each other at all – say, milk consumption and car crashes – by pure chance, they can be expected to get five statistically significant results that are entirely coincidental, such as that milk drinkers get into more accidents. In terms of the gun control studies deemed rigorous by RAND, this means that even if there were no relation between gun laws and violence – much like the relationship between drinking milk and getting into car accidents – we’d nevertheless expect about five percent of the studies 722 tests, or 36 results, to show gun regulations had significant impact. But the actual papers found positive results for only 18 combinations of gun control measure and outcome (such as waiting periods and gun suicides). That’s not directly comparable to the 36 expected false positives, since some combinations had the support of multiple studies. But it’s not out of line with what we would expect if gun control measures made no difference.”

Corroborando ainda o ponto feito pela pesquisa de Santaella-Tenorio, Brown aponta para a possibilidade de que alguns estudos possam estar com seus resultados sendo suprimidos por influências dos próprios vieses pessoais dos pesquisadores:

Também é preocupante o fato de que houve apenas um resultado negativo no qual os pesquisadores relataram que uma medida de controle de armas parecia levar a um aumento de maus resultados ou mais violência. Dado o grande número de estudos realizados sobre esse tópico, há uma alta probabilidade estatística de que os pesquisadores tenham feito mais descobertas desse tipo apenas por acaso. Isso indica que as pesquisas podem ter suprimido resultados que sugerem que as medidas de controle de armas não estão funcionando como pretendido.<sup>48</sup> – Tradução do autor.

Quando confrontamos os dados, podemos concluir então que as pesquisas na área de controle de armas de fogo são, ainda, insuficientes para que se possa basear uma política pública sólida sobre o assunto. Como mesmo aponta Brown no artigo, leis sobre armas de fogo tem altos custos mesmo não cumprindo seus objetivos: elas aumentam o encarceramento, tornando cidadãos em criminosos, além de exacerbarem desigualdades raciais e econômicas no sistema criminal de justiça<sup>49</sup>.

### **3.2 - A Discrecionariade na concessão de posse e porte de armas de fogo: uma comparação do instituto jurídico no Brasil e nos Estados Unidos da América pós-Bruen.**

---

<sup>48</sup> Trecho original: Also concerning is the fact that there was only one negative result in which the researchers reported that a gun control measure seemed to lead to an increase in bad outcomes or more violence. Given the large number of studies done on this topic, there's a high statistical likelihood that researchers would have come up with more such findings just by random chance. This indicates that researches may have suppressed results that suggest gun control measures are not working as intended

<sup>49</sup> BROWN, Aaron; MONTICELLO, Justin. Do Studies Show Gun Control Works? No. Reason Magazine. 2022. Disponível em: <https://reason.com/video/2022/03/31/do-studies-show-gun-control-works-no>

O direito de possuir ou portar armas de fogo e seu controle normativo é visto e aplicado das mais variadas formas, a depender do país, da história e tradição jurídica de determinada nação. Países como Estados Unidos e República Tcheca, por exemplo, tomam uma ótica mais permissiva, relacionando o direito de possuir ou portar armas de fogo ao direito à defesa da nação, em caráter coletivo, ou de sua população, de forma individual, recebendo até, em alguns casos, proteção constitucional<sup>50-51</sup>. Outros países, como Reino Unido adotam posições mistas, onde há uma restrição significativa de determinados tipos de armas e munições, mas uma permissividade com outros gêneros, geralmente relacionados a esportes ou a caça<sup>52</sup>. Por último, há países como Brasil que, na percepção de resposta efetiva aos altos e crescentes índices de homicídio e violência, optaram por adotar um posicionamento institucional de legislações com enfoque no controle e restrição ao acesso a armas de fogo por sua população civil.

Até meados dos anos 1990, já no final da Guerra Fria, em um mundo que caminhava a passos largos para uma maior globalização, havia uma tendência de convergência legal para uma maior restrição do acesso às armas de fogo ou, por vezes, quais armas poderiam ser adquiridas pela população o que, *ceteris paribus*, poderia ocasionar um desarmamento civil em escala global.

---

<sup>50</sup>ESTADOS UNIDOS. Constituição dos Estados Unidos. Estados Unidos: 1788, 2ª Emenda. “A well regulated Militia, being necessary to the security of a free State, the right of the people to keep and bear Arms, shall not be infringed” – “Uma Milícia bem regulamentada, sendo necessária para a segurança de um Estado livre, o direito do povo de manter e portar armas, não deve ser infringido” – Tradução do Autor.

<sup>51</sup>CONSTITUTION NET. Czech Republic passes constitutional amendment enshrining right to use weapon in self-defense. – República Tcheca passa emenda constitucional consagrando o direito de usar armas em legítima defesa. Constitution Net. 27 de julho de 2021. Disponível em: “<https://constitutionnet.org/news/czech-republic-passes-constitutional-amendment-enshrining-right-use-weapon-self-defense>”.

<sup>52</sup> O Reino Unido teve, dentre abril de 2021 e março de 2022, 15.726 novas aplicações para registros de espingardas, dos quais 97% foram concedidos. Para outras armas de fogo, majoritariamente rifles, foram 6,322 novas aplicações, das quais 98% foram concedidas. Disponível em: <https://www.gov.uk/government/statistics/statistics-on-firearm-and-shotgun-certificates-england-and-wales-april-2021-to-march-2022/statistics-on-firearm-and-shotgun-certificates-england-and-wales-april-2021-to-march-2022>.

Entretanto, visto a propensão jurídica de alguns países em anos recentes, não se pode mais realizar tal afirmação de tendência global, dado que muitos destes estão ou optando por manter suas leis sem muitas alterações ou, até mesmo, declinando suas restrições sobre a população civil de forma geral.

A fim de mostrar um retrato dessa temática de proporções internacionais, o presente subcapítulo tem como objetivo traçar uma comparação entre o cenário jurídico brasileiro e o cenário americano, de forma a pôr em contraste uma faceta do debate que ocorreu e ainda ocorre nessas duas nações referente à discricionariedade do agente público na concessão da posse ou do porte de armas de fogo pelo Estado à população civil.

### **3.2.1 - Estados Unidos e NYSRPA v. Bruen**

Quando tratamos de Direito Comparado, mais do que nos atermos às diferenças normativas e judiciais, pura e simplesmente, devemos dar atenção à conjuntura jurídica geral das nações em que se realizam as comparações. Para além do sistema legal utilizado pelos países, é importante ter conhecimento da percepção histórica, cultural e social do objeto de análise naquele ordenamento com a finalidade de se ter uma real percepção de qual a valoração dada à norma.

Os Estados Unidos da América foram fundados oficialmente como nação em 1776. No dia quatro de julho daquele ano houve a promulgação da Declaração de Independência durante o Segundo Congresso Continental das Treze Colônias. Onze anos após o início do processo revolucionário é criada a Constituição dos Estados Unidos. Visto seu passado como ex-colônia inglesa,

houve a manutenção do sistema legal da Common Law aos moldes ingleses de forma quase<sup>53</sup> unânime pelos estados da federação, ao longo de sua história.

Dada a natureza revolucionária do surgimento do Estado americano e respondendo à preocupação de alguns dos pais fundadores daquele país, quanto à concentração de poder nas mãos de um governo central, é incorporada à Constituição Americana a chamada “Bill of Rights” (Carta de Direitos), composta das primeiras dez emendas à carta magna do país. As emendas vinham como forma de garantia a alguns direitos e liberdades, individuais e coletivos, além de tentarem impor certas restrições ao governo federal e garantir a autonomia dos estados.

O modelo americano segue então uma organização federalista que garante grande autonomia aos estados da federação, de forma diferente do federalismo brasileiro, onde a esfera federal, e somente ela, detém poder e competência para regular ou legislar sobre determinadas matérias. A via de exemplo, aos estados americanos é permitido, por exemplo, regular matéria penal e processual, enquanto no Brasil isso compete privativamente à União<sup>54</sup>. O fato de lá ser permitido ao ente estadual tamanha liberdade, expressa na regulação dessas e outras esferas, implica que um estado pode ter uma lei referente a armas de fogo profundamente diferente de outro.

Todos os estados irão, igualmente, se submeter às leis federais que regulam o tema. Entretanto, como os Estados Unidos aderem ao sistema de Common Law, há um maior enfoque, não à imposição normativa contida no

---

<sup>53</sup>O Estado da Louisiana, admitido em 1812 como o décimo oitavo estado americano, por ter sido uma colônia francesa antes da compra pelos Estados Unidos, apresenta hoje um sistema híbrido, com características de Civil Law e Common Law a depender da matéria tratada em lei.

<sup>54</sup> BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: 05 de outubro de 1988. “Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: I - direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho”.

texto legal desses atos, estaduais ou federais, mas à interpretação dada a esse texto por meio das cortes de justiça e pelo estabelecimento de precedentes sobre essas decisões interpretativas, que podem esclarecer, positivar ou negar provimento a essas mesmas normas (a depender também do poder decisório do magistrado e do parâmetro de controle). Atualmente, temos três decisões modernas e relevantes da Suprema Corte Americana (SCOTUS) pertinentes ao tema: *District of Columbia v. Heller* (2008)<sup>55</sup>, *McDonald v. City of Chicago* (2010)<sup>56</sup> e *New York State Rifle & Pistol Association, Inc. v. Bruen* (2022)<sup>57</sup>.

Dada a tecnicidade do tema, que traça seus caminhos paralelos tanto no direito penal quanto no regulatório e administrativo, e antes que se possa entrar nas minúcias das situações jurídicas propriamente ditas, na nação americana, é importante que se esclareçam alguns conceitos e termos que frequentemente causam engano. Não obstante, é conveniente que o leitor tenha uma compreensão mais completa do funcionamento dos institutos que permeiam as normas americanas e brasileiras.

A posse e o porte de armas são institutos próprios e inconfundíveis. Isto é realidade também para o ordenamento brasileiro<sup>58</sup>. Ainda que o ordenamento americano pegue diretriz primária de uma singular norma de comando constitucional na segunda emenda, é expresso em seu texto: “*keep and bear*” (manter e portar), havendo uma clara distinção entre os dois.

---

<sup>55</sup> SUPREMA CORTE DOS ESTADOS UNIDOS. *District of Columbia v. Heller*, No. 07-290, julgado em 26 de junho de 2008. Disponível em: “<https://www.supremecourt.gov/opinions/07pdf/07-290.pdf>”.

<sup>56</sup> Id. *McDonald et al. v. City of Chicago, Illinois, et al.*, No. 08-1521, julgado em 28 de junho de 2010. Disponível em: “<https://www.supremecourt.gov/opinions/09pdf/08-1521.pdf>”.

<sup>57</sup> Id. *New York State Rifle & Pistol Association, Inc., et al. v. Bruen, Superintendent of New York State Police, et al.* No. 20-843, julgado em 23 de junho de 2022. Disponível em: “[https://www.supremecourt.gov/opinions/21pdf/20-843\\_7j80.pdf](https://www.supremecourt.gov/opinions/21pdf/20-843_7j80.pdf)”.

<sup>58</sup> BRASIL. Lei nº 10.826/2003. Brasília: 22 de dezembro de 2003, Arts. 4, 6 e 10.



Existem duas formas ou sistemas gerais, universais, de se realizar o procedimento de concessão de posse ou porte de uma arma de fogo: utilizando-se de um critério objetivo, não discricionário ou de um critério subjetivo, discricionário. O procedimento objetivo recebe o nome de *shall-issue* (deve-emitir), por implicar ao Estado a obrigatoriedade de concessão do direito ou licença ao direito uma vez que todos os critérios e parâmetros objetivos por ele impostos sejam atendidos pelo indivíduo interessado. O procedimento subjetivo recebe o nome de *may-issue* (pode-emitir), por garantir ao agente estatal a possibilidade, por meio de uma norma discricionária, de não concessão daquele direito mesmo se todos os critérios objetivos presentes na norma regulatória sejam alcançados.<sup>59</sup>

No Brasil há, via de regra, apenas uma forma de porte concedido para que se transite em área pública, que é o porte velado (oculto)<sup>60</sup>. Nos Estados Unidos há duas modalidades de porte de arma de fogo, o porte velado e o porte ostensivo (*concealed carry* e *open carry*, respectivamente). Os estados americanos têm a discricionariedade para adotar uma ou ambas as modalidades como legais, para armas curtas ou longas, podendo ou não realizar exigências diferentes para a concessão de licença das modalidades ou até mesmo não realizar nenhuma exigência de autorização prévia ou licenciamento (*constitutional carry* ou *permitless carry* – porte constitucional ou porte sem permissão).

---

<sup>59</sup> Por mais informações na definição de “shall-issue” e “may-issue”: <https://www.usconcealedcarry.com/blog/may-issue-vs-shall-issue-concealed-carry-states/>

<sup>60</sup> Há situações em que o agente público ou privado de segurança, no cumprimento de suas funções, exercerá o porte ostensivo da arma de fogo. Há também o caso dos caçadores, tanto os registrados no Exército quanto os de subsistência, que terão de portar as armas abertamente enquanto realizam suas atividades.

Dentre um período de sete décadas, a segunda emenda<sup>61</sup> não foi objeto de apreciação e deliberação pela Suprema Corte Americana. Antes do Século XXI, a corte tinha se debruçado sobre a emenda constitucional pela última vez no caso *United States v. Miller* (1939)<sup>62</sup>. Foi apenas em 2008 que a Suprema Corte, no caso *District of Columbia v. Heller*, por meio da opinião da maioria liderada pelo magistrado Antonin Scalia, deu entendimento jurídico ao que se entendia por aquela emenda dentro de sua redação.

A segunda emenda é então separada em duas cláusulas, uma preliminar (Sendo uma milícia bem regulamentada, necessária para a segurança de um Estado livre[...]) e uma operativa ou de comando ([...]O direito do povo de manter e portar armas não deve ser violado). O entendimento principal dos juízes ao estudar o contexto legal e gramatical das normas do século XVIII foi de que a cláusula operativa pode atuar de forma independente da preliminar, ou seja, que o direito de ter e portar armas poderia estar relacionado a um contexto militar, mas a ele não se limitava, tratando-se então de um direito individual. Além do mais, o termo “O direito do povo” (*the right of the people*) e seus similares, aparecia em outras normas da Constituição como uma garantia de direito individual<sup>63-64</sup>.

---

<sup>61</sup> Ver nota 50

<sup>62</sup> SUPREMA CORTE DOS ESTADOS UNIDOS. Caso *United States v. Miller*, 307 U.S. 174 (1939). Disponível em: “<https://supreme.justia.com/cases/federal/us/307/174/>”.

<sup>63</sup> SUPREMA CORTE DOS ESTADOS UNIDOS. *District of Columbia v. Heller*..., p. 5. “The first salient feature of the operative clause is that it codifies a “right of the people.” The unamended Constitution and the Bill of Rights use the phrase “right of the people” two other times, in the First Amendment’s Assembly-and-Petition Clause and in the Fourth Amendment’s Search-and-Seizure Clause. The Ninth Amendment uses very similar terminology [...]. All three of these instances unambiguously refer to individual rights, not “collective” rights, or rights that may be exercised only through participation in some corporate body”.

<sup>64</sup> Tradução, pelo autor, da nota anterior: “A primeira característica saliente da cláusula operativa é que ela codifica um “direito do povo”. A Constituição não emendada e a Declaração de Direitos usam a frase “direito do povo” outras duas vezes, na Cláusula de Reunião e Petição da Primeira Emenda e na Cláusula de Busca e Apreensão da Quarta Emenda. A Nona Emenda usa terminologia semelhante [...]. Todas essas três instâncias referem-se inequivocadamente a direitos individuais, não direitos “coletivos” ou direitos que podem ser exercidos apenas por meio da participação em algum órgão corporativo.”

O caso de *Heller* tratava de uma proibição pelo Distrito Federal americano sob a posse de armas curtas (“*handguns*”), que foi derrubada pela Suprema Corte. Isso instaurou nos Estados Unidos uma garantia constitucional à posse de armas de fogo para fins legais, como esporte, caça e legítima defesa. A corte, entretanto, fez algumas ressalvas, esclarecendo que havia a possibilidade, por parte do território federal, de impedir que pessoas com problemas mentais ou criminosos tivessem acesso a armas de fogo. A corte também estabeleceu que poderia haver a instituição de penalidades para quem adentrasse prédios governamentais ou escolares armado, criando assim o entendimento que ficou posteriormente conhecido como o de “lugares sensíveis” (*sensitive places*).

Todavia, tratando-se de um território federal, o precedente inicialmente não se aplicou aos estados e municípios. Isso só se tornou realidade quando, dois anos depois, em *McDonald v. City of Chicago*, a Suprema Corte decidiu que o banimento da venda e posse de armas curtas da cidade de Chicago violava a décima quarta emenda da constituição<sup>65</sup>, uma vez que impedia seus cidadãos de exercer seus direitos referentes à segunda emenda. Houve então uma incorporação desse direito pelos estados e municípios.

Desta forma, a posse de armas nos Estados Unidos, se consolida como um direito constitucional por intermédio destas duas decisões da SCOTUS. A corte não tocou em questões como o porte, em quais lugares as armas poderiam ser restritas, ou quais especificamente seriam as armas que podem

---

<sup>65</sup> ESTADOS UNIDOS. Constituição..., 14ª Emenda. “[...] No state shall make or enforce any law which shall abridge the privileges or immunities of citizens of the United States; nor shall any state deprive any person of life, liberty, or property, without due process of law; nor deny to any person within its jurisdiction the equal protection of the laws.” – “[...] Nenhum estado deve fazer ou aplicar qualquer lei que restrinja os privilégios ou imunidades dos cidadãos dos Estados Unidos; nem qualquer estado privará qualquer pessoa da vida, liberdade ou propriedade, sem o devido processo legal; nem negar a qualquer pessoa dentro de sua jurisdição a igual proteção das leis” – tradução do autor.

ser restritas<sup>66</sup>. A corte também não estabeleceu nessas decisões, de forma definitiva, um mecanismo de controle de constitucionalidade referente às normas que tocassem no tema, o que permitiu uma maior discricionariedade por parte das outras cortes de adotarem o parâmetro ou análise de controle que elas achassem mais adequadas face aos casos concretos de cada ente da federação. Foi só no presente ano que o porte e alguns outros pontos foram endereçados pela Suprema Corte Americana.

Referente ao porte, até 23 de junho de 2022, 43 dos 50 estados americanos adotavam o modelo de *shall-issue* para a concessão das licenças de porte de arma, com 24 desses tornando a licença meramente optativa e um estado não emitindo licenças<sup>67</sup>. Os outros seis estados e o Distrito de Columbia adotavam o modelo de *may-issue*, instituindo conceitos jurídicos em seus ordenamentos estaduais de “causas apropriadas” ou “boas razões” para a concessão da licença de porte de arma. Cabia então ao cidadão interessado na obtenção do porte de arma que demonstrasse à autoridade competente uma necessidade de grandeza e relevância diferenciada dos demais cidadãos para a obtenção do direito.

Um desses estados foi o Estado de Nova York, cuja lei estadual de licenciamento de armas de fogo foi estabelecida em 1911. A lei era conhecida pelo nome de Sullivan Act (Lei Sullivan), em nome do senador estadual Timothy Sullivan que a propôs. A mesma foi objeto de controvérsia ao longo da história por ter, como um dos alvos, a população italiana de Nova York, de

---

<sup>66</sup> Em *Heller*, a corte estabeleceu que armas perigosas e não usuais (*dangerous and unusual*) não seriam contempladas como protegidas integralmente sob a luz da segunda emenda, entretanto, o que define uma arma como se encaixando dentro desses dois parâmetros é foco de muito debate. É obrigatória a existência dos dois ao mesmo tempo.

<sup>67</sup> O estado de Vermont não emite licenças para porte. Vermont é o estado onde nasce o conceito de *constitutional carry* por ser o estado americano que nunca fez esse requerimento de licenças. Disponível em: [reason.com/volokh/2022/06/25/43-states-to-6-states-says-the-s-ct-about-shall-issue-concealed-carry-rules-whats-the-missing-state/](https://reason.com/volokh/2022/06/25/43-states-to-6-states-says-the-s-ct-about-shall-issue-concealed-carry-rules-whats-the-missing-state/)

forma a barrar aquela parcela, bem como outras minorias da população, de ter acesso a armas de fogo,<sup>68-69</sup> sob a suposição de que elas eram mais propensas ao crime e à violência. Não obstante, a lei também foi usada como ferramenta para Sullivan intimidar seus adversários políticos<sup>70-71</sup> e manter seu poder sobre a zona da cidade que controlava e na qual mantinha seus negócios ilegais.

O caso concreto, *NYSRPA v. Bruen*, originalmente se inicia quando dois homens, Brandon Koch e Robert Nash, têm negados seus pedidos de porte de arma de fogo por não atenderem, segundo o Estado de Nova York, uma necessidade especial para proteção pessoal distinguível daquela da comunidade no geral ou de outras pessoas na mesma área de profissão. Junto com a Associação de Rifles e Pistolas do Estado de Nova York, eles decidem processar o estado por estarem sendo impedidos de exercerem seus direitos inerentes à segunda emenda da Constituição Federal.

---

<sup>68</sup> ROBERTS, Sam. Metro Matters: 50 years of crime, and stereotypes. New York Times. 02 de março de 1992. Disponível em: “<https://www.nytimes.com/1992/03/02/nyregion/metro-matters-50-years-of-crime-and-stereotypes.html>”. “In 1911, the first person convicted for illegal gun possession under New York’s Sullivan law was Marino Rossi, who was arrested in Manhattan on his way to New Haven from Newark. Mr. Rossi maintained that he had been cautioned by friends to carry his .38-caliber revolver for protection against Italian gangsters. To which the judge, after considering Mr. Rossi’s testimony that “it was the custom of yourself as well as your countrymen to carry guns,” declared: “It is unfortunate that this is the custom with you and your kind, and that fact, combined with your irascible nature, furnishes much of the criminal business in this country.” The judge, who was not of Italian descent, sentenced Mr. Rossi to a year in Sing Sing”.

<sup>69</sup> Tradução, pelo autor, da nota anterior: “Em 1911, a primeira pessoa condenada por posse ilegal de armas sob a lei de Sullivan de Nova York foi Mariano Rossi, que foi preso em Manhattan a caminho de New Haven vindo de Newark. O Sr. Rossi afirmou que foi advertido por amigos para carregar seu revólver calibre .38 para proteção contra gangsters italianos. Ao que o juiz, após considerar o depoimento do Sr. Rossi de que “era costume seu, assim como de seus compatriotas, portar armas”, declarou: “É lamentável que esse seja o costume entre você e sua espécie, e esse fato, combinado com sua natureza irascível, fornece grande parte dos negócios criminosos neste país.” O juiz, que não era descendente de italianos, condenou o Sr. Rossi a um ano em Sing Sing”.

<sup>70</sup> LANKEVICH, George J. New York City: A Short Story. Nova York: New York University Press, 2002. Disponível em: “<https://archive.org/details/newyorkcity00geor/page/140/mode/2up>”. “[...] In fact, the “Sullivan Law” was enacted so that Big Tim’s police cohorts might easily dispose of his political opponents by planting guns on them and then hauling them off to jail.”

<sup>71</sup> Tradução, pelo autor, da nota anterior: “[...] Na verdade, a “Lei Sullivan” foi promulgada para que as coortes policiais do Grande Tim pudessem facilmente se livrar de seus oponentes políticos plantando armas neles e depois levando-os para a prisão”.

Representados pelos advogados Paul Clement e Erin Murphy, o caso chega à Suprema Corte Americana após uma apelação contra a decisão do Segundo Circuito de Cortes de Apelação que optou por reafirmar o desprovisionamento da ação dada pela instância inferior da Corte Distrital do Norte de Nova York. A Corte Suprema aceita ouvir o caso no formato da questão apresentada: “Se a negação aos pedidos dos peticionários de licenças de porte velado para autodefesa violou a Segunda Emenda”<sup>72</sup>.

Os argumentos das partes foram trazidos perante a corte e ouvidos no dia 3 de novembro de 2021, mas foi somente no dia 23 de junho de 2022 que a Corte chegou a uma decisão de 6 a 3 concluindo, então, que houve uma violação, pelo Estado de Nova York, ao direito garantido pela Segunda (e Décima Quarta) Emenda da Constituição de proteção ao uso de arma de fogo em espaços públicos. Em voto da maioria conduzida pelo juiz Clarence Thomas, a decisão não só deu fim ao Sullivan Act, como esclareceu controvérsias ou reafirmou pontos das duas decisões anteriores da Corte.

A decisão fixa então o teste de constitucionalidade como “o texto constitucional como pautado pela história e tradição do país” (*Text as informed by history and tradition*)<sup>73</sup>, um teste extremamente difícil. Há então uma rejeição da aplicação, para esse tipo de caso, do modelo conhecido por “Escrutínio baseado em escalas/níveis” (*Tier Based Scrutiny*), onde há uma análise, dividida em partes, da constitucionalidade da norma. O modelo se utilizava de duas etapas, uma que se pauta na história e outra no “meio-fim” ou finalidade da norma. Thomas escreve que, mesmo em *Heller* e seguindo o entendimento dessa jurisprudência, há uma rejeição dessa segunda etapa

---

<sup>72</sup> Essa foi a questão que a Corte aceitou responder. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2021/04/26/us/supreme-court-gun.html>

<sup>73</sup> SUPREMA CORTE DOS ESTADOS UNIDOS. *New York State Rifle & Pistol Association, Inc., et al. v. Bruen...*, p. 2

pautada no balanceamento de interesses. Isso faz com que recaia aos entes da federação o dever de provar que as normas por eles editadas seguem a história e tradição das normas do país, não sendo cabível a análise de interesse do ente para a edição da norma.

Somente essa parte da decisão já é enormemente impactante, abrindo portas para que outras normas regulatórias sejam questionadas, uma vez que não era somente o Segundo Circuito de Cortes de Apelação que se utilizava dos padrões anteriores. Outros casos em andamento foram afetados pela decisão, em especial quatro casos que a Suprema Corte havia considerado<sup>74</sup> mas, por alteração de precedente, requisitou-se às cortes que revissem suas decisões. Além disso, há ainda os casos que já se encerraram e podem ser alvo de novos pedidos de análises.

A Corte também se debruçou sobre a questão dos lugares sensíveis mais uma vez, não definindo, mas melhor clarificando, os limites de atuação legislativa de um estado para restringir os lugares pelos quais um indivíduo poderia andar armado em público. O Estado de Nova York tentou defender a lei alegando esta ter uma natureza, também, de regulação de lugares sensíveis, uma vez que o pedido da lei de apresentação de uma causa apropriada pelos interessados entraria nessa análise. Thomas então escreve rechaçando esse entendimento, alegando não haver base histórica para que Nova York pudesse declarar a ilha de Manhattan, em sua integralidade, como um lugar sensível por ser um lugar superlotado<sup>75</sup>.

### **3.2.2 - Brasil e a “efetiva necessidade” no Estatuto do Desarmamento.**

---

<sup>74</sup> A esse Respeito, ver os casos (i) *Young v. Hawaii*, (ii) *Duncan v. Bonta*, (iii) *Association of New Jersey Rifle and Pistol Clubs v. Bruck* e (iv) *Bianchi v. Frosh*.

<sup>75</sup> SUPREMA CORTE DOS ESTADOS UNIDOS. *New York State Rifle & Pistol Association, Inc., et al. v. Bruen...*, p. 3

O conceito jurídico de efetiva necessidade, presente em nosso ordenamento atual, tem origem na Lei nº 9.437/97, sendo exigido sua comprovação para que uma pessoa pudesse requerer o porte de arma de fogo, agora contendo registro unificado no SINARM. A efetiva necessidade surge então como uma ideia abstrata por onde o agente estatal ganha poderes discricionários sobre a concessão, ou não, da licença ao armamento mediante as justificativas dadas e pela situação em que se encontra o indivíduo que a requisita. Na redação da lei antiga:

Art. 7º A autorização para portar arma de fogo terá eficácia temporal limitada, nos termos de atos regulamentares e dependerá de o requerente comprovar idoneidade, comportamento social produtivo, efetiva necessidade, capacidade técnica e aptidão psicológica para o manuseio de arma de fogo.

§ 1º O porte estadual de arma de fogo registrada restringir-se-á aos limites da unidade da federação na qual esteja domiciliado o requerente, exceto se houver convênio entre Estados limítrofes para recíproca validade nos respectivos territórios.

[...]

Art. 8º A autorização federal para o porte de arma de fogo, com validade em todo o território nacional, somente será expedida em condições especiais, a serem estabelecidas em regulamento

A medida surge então como um endurecimento da possibilidade de um indivíduo requisitar o porte de arma, o que, somado com a criminalização do porte e da posse sem licença e registro, acaba gerando um cerco ao porte ilegal de arma de fogo. A posse, no entanto, permanece sem alteração normativa aparente, tirando o registro das armas no novo sistema.

A Lei nº 10.826/03 expandiu muitos conceitos da antiga Lei de Armas. Como visto no primeiro capítulo, seu Art. 4º condiciona para a mera aquisição,



ou seja, para a posse de arma de fogo, três critérios objetivos e um supostamente subjetivo, a efetiva necessidade. Relembrando os critérios, são estes: (i) declaração de efetiva necessidade, (ii) comprovação de idoneidade, na forma ali disposta, (iii) apresentação de documento comprobatório de ocupação lícita e de residência certa e (iv) comprovação de capacidade técnica e de aptidão psicológica para o manuseio de arma de fogo.

Ocorre então que essa redação irá ocasionar um problema quanto à leitura da lei e à forma como o Executivo e certos doutrinadores interpretam o dispositivo. A redação do Art. 4 estabelece que a autorização para a aquisição de arma de fogo, a ser usada para a defesa pessoal, está condicionada à uma declaração de efetiva necessidade. Por outro lado, o Art.10, §1º, I, da mesma lei, diz expressamente que o requerente deverá demonstrar a sua efetiva necessidade por exercício de atividade profissional de risco ou de ameaça à sua integridade física.

Partindo de uma análise do que seria a intenção do legislador ao editar dessa forma o texto normativo, percebe-se que a autorização para a aquisição de arma de fogo, ou seja, a posse, dependeria tão somente de uma declaração, e não de uma demonstração, da efetiva necessidade. A autorização então, tratar-se-ia de um ato administrativo vinculado, onde os elementos contidos no ato são estabelecidos pela norma, não havendo margem para discricionariedade da Administração Pública<sup>76</sup>. Enquanto isso o porte estaria vinculado à uma demonstração de efetiva necessidade, que necessita, além de ser comprovada, que esteja vinculada a um dos critérios adicionais estabelecidos pelo Art.10, §1º, I.

---

<sup>76</sup> DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 35ª ed. São Paulo: Gen/Forense, 2022, p. 282.

Levando em consideração o que foi descrito, nota-se que a autorização de posse seria um procedimento *shall-issue*, onde o Estado estaria vinculado aos requisitos objetivos em lei, enquanto o porte estaria vinculado à um procedimento *may-issue*, em que o Estado tem o poder de examinar o cumprimento dos requisitos mediante critério subjetivo de aprovação. Inclusive, analisando a redação dos caputs do Arts. 4º e 6º do Estatuto, se a efetiva necessidade observada em ambas as normas fosse de igual natureza, acarretar-se-ia uma possibilidade de intercambialidade entre pedidos, de igual ou similar grandeza.

O que ocorreu na prática foi uma divergência doutrinária e jurídica bem problemática que não foi adereçada corretamente, desde a criação da lei, por conta de uma soma de fatores. Doutrinadores como Walter da Silva Barros concordam com a interpretação acima narrada. Neste sentido, referente ao Art. 4º, caput da Lei nº 10.826/03<sup>77</sup>:

A exigência preliminar para o comprador adquirir uma arma de fogo é uma simples declaração de sua efetiva necessidade desse objeto. A palavra “declarar” substituiu “demonstrar” do texto original do projeto de lei, impedindo a vedação da compra de uma arma de fogo por quem não demonstrasse sua real necessidade.

E, no mesmo sentido, se referindo ao Art. 10º, §1º, I, da mesma lei<sup>78</sup>:

Diferente do registro de arma de fogo, há a necessidade de o requerente demonstrar a efetiva necessidade da obtenção do porte de arma pelo exercício de atividade profissional de risco ou pela ameaça à sua integridade física.

---

<sup>77</sup> BARROS, Walter da Silva. Estatuto do Desarmamento Comentado: Um Estudo Comparado com a Lei de Armas de Fogo Lei nº 9.437/97. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora Espaço Jurídico, 2005, p.15.

<sup>78</sup> IBIDEM – p.33

Outro jurista, Bene Barbosa, argumenta que o Art. 12, §1º do Decreto nº 5.123/04<sup>79</sup>, o primeiro decreto que veio a regulamentar a Lei nº 10.826/03, fez uma equiparação entre a declaração e a demonstração de forma ilegal. Em suas palavras:<sup>80</sup>

O decreto reforça o caráter discricionário, ao exigir “efetiva necessidade” [...] O parágrafo primeiro inclui mais um órgão federal no processo, o Ministério da Justiça. Com esse texto o decreto abre portas para qualquer tipo de regulamento adicional, *ex officio*, já que condiciona a aprovação do pedido de registro aos regulamentos emitidos pelo MJ, que podem ser modificados através de processos administrativos simples. Além disso, ao transformar a *declaração* de efetiva necessidade constante do inciso I numa *demonstração* de efetiva necessidade, mediante um artifício redacional, cria-se uma exigência manifestamente ilegal, em face do princípio da hierarquia das leis.

Por conta da suposta natureza proibitiva da Lei nº 10.826/03 e do Decreto nº 5.123/04, alguns juristas tiveram entendimento diametralmente contrário aos anteriormente narrados, como exemplo, segue citação do doutrinador Damásio Evangelista de Jesus<sup>81</sup>:

O Estatuto, sintomaticamente denominado “do Desarmamento”, praticamente extingue o direito de o cidadão possuir arma de fogo, salvo raríssimas exceções.

O registro obrigatório da arma, [...] exige tantos requisitos que a sua concessão se torna impossível para a grande maioria da população. Requer:

1º) demonstração de efetiva necessidade (Art. 4º, *caput*)

<sup>79</sup> BRASIL. Decreto 5.123/04. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/D5123impresao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/D5123impresao.htm)

<sup>80</sup> BARBOSA, Bene; QUINTELA, Flavio. Mentiram para mim sobre o desarmamento. 1ª ed. São Paulo: Vide Editorial. 2015. p. 130-131.

<sup>81</sup> DE JESUS, Damásio E. Direito Penal do Desarmamento. 5ª ed. São Paulo: Editora Saraiva. 2005. p. 3.

Na mesma linha, o jurista Bruno Langeani ao se referir, em tom de crítica, à série de decretos promulgados em 2019 pelo Executivo Federal referentes a armas de fogo, dirá que “a necessidade de comprovação da “efetiva necessidade” estabelecida por lei foi na prática extinta”<sup>82</sup> ao se referir à aquisição, implicando a ideia de demonstração.

Há relatos na jurisprudência de decisões que esboçam esse entendimento de que mesmo a autorização para a aquisição, ou seja, a posse de arma de fogo, seria considerada um ato administrativo discricionário, e não vinculado. Nesse sentido:

“ADMINISTRATIVO. CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA POSSE DE ARMA DE FOGO. LEI Nº 10.826/2003 E DECRETO Nº 5.123/04. FALTA DE COMPROVAÇÃO DE EFETIVA NECESSIDADE. ATO UNILATERAL E DISCRICIONÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. SEGURANÇA DENEGADA. SENTENÇA CONFIRMADA. I- Para adquirir arma de fogo o requerente deve obedecer a determinados requisitos estabelecidos no art. 4º da Lei n. 10.826 /2003 e art. 12 do Decreto nº 5.123 /2004, entre os quais o de apresentar documento comprobatório de ocupação lícita e de residência certa e o de declarar a efetiva necessidade do armamento, devendo a declaração explicitar os fatos e circunstâncias justificadoras do pedido, que serão analisados pela Polícia Federal. II- A autorização para o porte de armas de fogo é ato unilateral e discricionário, de maneira que o controle judicial deve se limitar à aferição do atendimento aos requisitos legalmente exigidos para a sua concessão, cabendo à autoridade policial, de outro lado, avaliar a conveniência e a oportunidade do seu deferimento. III - Na espécie dos autos, o autor não logrou êxito em comprovar o requisito "efetiva necessidade" para a autorização pretendida, uma vez que não exerce atividade profissional de risco e os fatos que embasaram o seu pedido não denotam situação excepcional em relação a qualquer outro cidadão. IV- Ademais, nos termos do art. 5º da Lei n. 10.826 /2003, o certificado de Registro de Arma de Fogo, pretendido pelo autor, somente autoriza o proprietário da arma de fogo mantê-la em seu local de trabalho, se for o titular ou o responsável legal pelo estabelecimento ou empresa, sendo que, na espécie, o autor não comprovou o alegado

---

<sup>82</sup> LANGEANI, Bruno. Arma de Fogo no Brasil: Gatilho da Violência. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora Telha. 2021. p. 42.

vínculo empregatício com a empresa União Veículos, na condição de gerente. V – Apelação desprovida. Sentença confirmada”. (TRF-1, Ap. Cív. Nº 0006153-65.2016.4.01.3802, Quinta Turma, Des. Fed. Souza Prudente, j. 17.10.2018, p. 25.10.2018)

### **3.2.3 - Críticas ao Modelo e Comparação**

Quando observados os critérios discricionários de controle, encontramos alguns problemas na análise de concessão de uma licença para posse ou porte de arma de fogo que tornam o modelo demasiadamente arbitrário e, como consequência, injusto.

O primeiro ponto, ou crítica, é que o Estado analisa os casos individuais pareando-os com a situação em que se encontram os demais indivíduos. Compreende-se que há direitos coletivos ou sociais como o da segurança a serem observados no caso do Brasil, entretanto, as condições coletivas dos pares de um indivíduo são impróprias para a concessão do direito, podendo acarretar tanto em uma normalização de uma equalização da vulnerabilidade quanto um apagamento da condição individual não atentada em seu pedido concreto.

À via de exemplo, se a população de uma cidade inteira do interior de um estado se encontra igualmente longe da presença de uma força policial, não há relevância individual que justificaria uma necessidade de destaque acima dos demais ao requerente de posse de arma de fogo que lá habitasse, já que todos os moradores da região estariam igualmente em um cenário de vulnerabilidade.

Critérios relacionados a empregos sofrem do mesmo problema. Se muitos seguranças privados ou patrimoniais trabalham com situações de risco e

voltam para casa em horários que os deixariam mais suscetíveis à violência, então toda a categoria profissional se encontra naquela situação, não condicionando uma justificativa individual acima das demais para que um indivíduo pertencente a categoria requisitasse o porte. Uma situação similar foi posta como questionamento ao Estado de Nova York durante os argumentos orais em *Bruen*<sup>83</sup>.

O critério discricionário também não tem uma definição concreta do que seria essa necessidade a qual a autoridade responsável pelas concessões deveria analisar. A amplitude do termo, sem diretrizes estabelecidas ou positivadas, dá brecha ao agente regulador para definir ele mesmo as circunstâncias de aprovação ou reprovação de concessão. Em última análise, poderá vir a ser um julgamento puramente pessoal ou, no pior dos casos, advindos de uma orientação superior, o influenciando-o a ponderar de forma preestabelecida, independentemente do mérito ou dos fatos apresentados no caso concreto.

Isso também se apresenta como potencial violador de direitos coletivos, agindo de forma discriminatória ativamente, na atuação intencional do agente regulador, ou estrutural, pela forma de organização da sociedade e suas sistemáticas de distribuição de poder. Isso fica evidente ao se observar as situações narradas nos Estados Unidos e no Brasil.

Em sua decisão pela maioria em *Bruen*, Clarence Thomas, recontando em boa parte os dados argumentos em seu parecer favorável em *McDonald v. City of Chicago*, narra a importância que as armas de fogo tiveram para

---

<sup>83</sup> SUPREMA CORTE DOS ESTADOS UNIDOS. New York State Rifle & Pistol Association, Inc., et al. v. Bruen..., Oral Arguments held November 3<sup>rd</sup>, 2021. Disponível em: <https://www.c-span.org/video/?514699-1/supreme-court-strikes-york-concealed-gun-law-6-3-opinion> (o trecho em especial mencionado tem início 1:03:20)

assegurar a integridade física da população negra nos Estados Unidos, especialmente na era pós-guerra civil nos estados sulistas, não obstante apontar o tratamento excludente e punitivo que as normas tiveram sobre os negros nesse período<sup>84</sup>.

Não foi só Thomas, ao redigir sua decisão, que apontou esse histórico estrutural. A parte peticionária contou com diversos *amici curiae* de organizações apontando a tendência discriminatória e aplicação desproporcional e/ou seletiva das punições dispostas nas leis sob grupos de minorias. Dentre eles estavam depoimentos de grupos: de defensores públicos<sup>85</sup>, representativos de negros<sup>86</sup>, LGBTs<sup>87</sup>, mulheres<sup>88</sup>, dentre outros grupos marginalizados<sup>89</sup>.

O que se constata então é uma tendência de o Estado concentrar suas concessões em áreas específicas de empregos públicos por ele autorizados ou pelas pessoas que se encontram próximas ao poder de fato e que podem, por

---

<sup>84</sup> SUPREMA CORTE DOS ESTADOS UNIDOS. New York State Rifle & Pistol Association, Inc., et al. v. Bruen..., p. 52 - 58

<sup>85</sup> SUPREMA CORTE DOS ESTADOS UNIDOS. New York State Rifle & Pistol Association, Inc., et al. v. Bruen..., Brief of The Black Attorneys of Legal Aid, The Bronx Defenders, Brooklyn Defender Services, et al. As *Amici Curiae* in support of Petitioners. Disponível em: [https://www.supremecourt.gov/DocketPDF/20/20-843/184718/20210723101034102\\_20-843%20Amici%20Brief%20revised%20cover.pdf](https://www.supremecourt.gov/DocketPDF/20/20-843/184718/20210723101034102_20-843%20Amici%20Brief%20revised%20cover.pdf)

<sup>86</sup> SUPREMA CORTE DOS ESTADOS UNIDOS. New York State Rifle & Pistol Association, Inc., et al. v. Bruen..., Brief for *Amicus Curiae* National African American Gun Association, Inc. in support of Petitioners. Disponível em: [https://www.supremecourt.gov/DocketPDF/20/20-843/184073/20210716105200825\\_Amicus%20Brief%20of%20National%20African%20American%20Gun%20Association%20Inc.pdf](https://www.supremecourt.gov/DocketPDF/20/20-843/184073/20210716105200825_Amicus%20Brief%20of%20National%20African%20American%20Gun%20Association%20Inc.pdf)

<sup>87</sup> SUPREMA CORTE DOS ESTADOS UNIDOS. New York State Rifle & Pistol Association, Inc., et al. v. Bruen..., Brief of *Amici Curiae* The DC Project Foundation, Operation Blazing Sword – Pink Pistols, and Jews for The Preservation of Firearms Ownership in support of Petitioners. Disponível em: [https://www.supremecourt.gov/DocketPDF/20/20-843/184308/20210719173754323\\_41068%20pdf%20Nightingale.pdf](https://www.supremecourt.gov/DocketPDF/20/20-843/184308/20210719173754323_41068%20pdf%20Nightingale.pdf)

<sup>88</sup> SUPREMA CORTE DOS ESTADOS UNIDOS. New York State Rifle & Pistol Association, Inc., et al. v. Bruen..., Brief for The Independent Women's Law Center as *Amicus Curiae* supporting Petitioners. Disponível em: [https://www.supremecourt.gov/DocketPDF/20/20-843/184501/20210721131443123\\_IWLC%20Amicus%20Brief.pdf](https://www.supremecourt.gov/DocketPDF/20/20-843/184501/20210721131443123_IWLC%20Amicus%20Brief.pdf)

<sup>89</sup> SUPREMA CORTE DOS ESTADOS UNIDOS. New York State Rifle & Pistol Association, Inc., et al. v. Bruen..., Brief of Italo-American Jurists and Attorneys in support of Petitioners. Disponível em: [https://www.supremecourt.gov/DocketPDF/20/20-843/184048/20210715164037596\\_Brief.pdf](https://www.supremecourt.gov/DocketPDF/20/20-843/184048/20210715164037596_Brief.pdf)

meio de influência, flexibilizar o critério discricionário ao seu favor. Isso se torna perceptível, na medida em que, no Brasil, pode-se verificar que o maior aumento de registros de armas de fogo nos últimos anos se deu justamente no Distrito Federal<sup>90</sup>, onde há a maior concentração de poder não-econômico do país, sendo polo do poder político nacional.

Isso pode transformar o suposto direito em efetivo privilégio, com a criação de castas corporativistas. Há uma formação de grupos de interesse ou de categorias aos quais o direito se aplica e que o veem como privilégio, não tendo interesse em sua expansão por se tratar de perda desse mesmo privilégio. Nos Estados Unidos, isso fica evidente primariamente com os policiais ativos e aposentados<sup>91</sup>. Aqui no Brasil isso se apresenta tanto com profissões que lidam com segurança, como policiais, quanto nas profissões que não necessariamente lidam com área, mas são, de forma geral, agraciadas com o direito e fazem parte do alto escalão do funcionalismo público, como promotores e magistrados.

O segundo ponto a ser feito é: no caso da posse de armas no Brasil para defesa pessoal, verifica-se a presença no texto legal de uma “efetiva necessidade”, que leva à aplicação incorreta dos dispositivos por incorreta interpretação. Como apresentado no ponto 3.2.2, a opinião de Damásio E. de Jesus leva em consideração o *caput* do Art. 4º da Lei nº 10.826/03 como redigido com a palavra “demonstrar” ao invés de “declarar” no caso de posse, que é textualmente errôneo. Na decisão supracitada redigida pelo Desembargador da Quinta Turma do TRF-1, ele alega que o requerente não

---

<sup>90</sup> Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública e os dados fornecidos pela Polícia Federal, o total de registros de posse de armas de fogo subiu em 562% de 2017 até 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2021/07/18/df-tem-maior-numero-de-registros-de-armas-do-pais-aponta-anuario-da-seguranca-publica.ghtml>

<sup>91</sup> Mais uma vez faz-se referência ao mesmo trecho dos argumentos orais do caso *Bruen*



demonstrou efetiva necessidade na sua declaração para a posse de arma por não exercer uma profissão de risco. Entretanto, a exigência de uma profissão de risco se dá não para a posse, mas sim para o porte de arma.

Isso também leva à uma série de inseguranças jurídicas quanto à exigência de uma efetiva necessidade para a posse legal de uma arma de fogo. As próprias regulamentações da Lei nº 10.826/03 são confusas quanto a isso. Partindo o Decreto nº 5.123/04 que, de forma alegadamente inconstitucional, elevou os dois critérios de aquisição de posse e porte, foi sobreposto, *de facto*, pela Portaria nº 131/18 da Polícia Federal<sup>92</sup> e depois, *de jure*, pelo Decreto nº 9.685/19<sup>93</sup>.

O Decreto nº 9.685/19 fez parte de uma série de decretos editados pelo Executivo Federal que se tornaram objeto de Ações Direitas de Inconstitucionalidade e Arguições de Descumprimento de Preceito Fundamental no Supremo Tribunal Federal (e.g. ADI 6675). O que se presume é que o Executivo tentou fazer com que os processos na Suprema Corte perdessem seu objeto com as constantes mudanças regulamentares.

Isso gerou um cenário de alterações constantes nos últimos anos. O Decreto nº 9.685/19 foi revogado pelo Decreto 9.785/19<sup>94</sup>, que foi revogado pelo Decreto nº 9.847/19<sup>95</sup>, que por sua vez foi parcialmente revogado pelo

---

<sup>92</sup> BRASIL. Polícia Federal. Portaria 131 de 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/pf/pt-br/assuntos/armas/normativos/in-131-2018-dg-pf/in-131-2018-estabelece-procedimentos-relativos-a-registro-posse-porte-e-comercializacao-de-armas-de-fogo-e-municao-sinarm.pdf/view>

<sup>93</sup> BRASIL. Decreto 9.685/19. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2019-2022/2019/Decreto/D9685.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D9685.htm)

<sup>94</sup> BRASIL. Decreto 9.785/19. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2019-2022/2019/Decreto/D9785.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D9785.htm)

<sup>95</sup> BRASIL. Decreto 9.847/19. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2019-2022/2019/Decreto/D9847.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D9847.htm)

Decreto nº 10.630/21<sup>96</sup>, e, agora, ambos se encontram parcialmente revogados pelo Decreto nº 11.366/23<sup>97</sup>.

Não se pode, ou não se deveria, trabalhar em cima de um texto legal cuja interpretação é dúbia. O que deveria ser feito no momento, salvo melhor juízo do Poder Legislativo brasileiro, é uma elucidação, em forma de lei e não decreto, que explicitasse a diferença entre as exigências de posse e porte de modo a estabelecer o critério não discricionário para a posse e o critério discricionário para o porte, como fora vislumbrado pelo legislador em 2003 quando redigiu a Lei nº 10.826/03.

Para fins de comparação, nos Estados Unidos, Nova York impedia seus cidadãos de terem acesso a um direito constitucional, através da imposição de um requisito arbitrário pelo qual o Estado decidia quem teria o direito de exercer o Direito. Um direito constitucional que, por definição, deveria ser usufruído por todos, foi infringido por uma norma estadual. No Brasil, o Executivo impediu seus cidadãos de terem acesso a um direito impondo aos mesmos um requisito arbitrário pelo qual o Estado decidirá quem seria autorizado a exercê-lo. Um direito, não é demais reforçar, que foi estabelecido em lei e teve um de seus entendimentos originários reescritos por um decreto, o que é inadmissível observando-se o princípio da hierarquia das normas.

Quando se compara o Brasil aos Estados Unidos (no caso, o estado de Nova York e sua lei penal estadual), o que vemos são Estados incumbidos de uma obrigação jurídica imposta por norma legal (ou maior) e que por meio de artifícios legais se esquivam ou esquivaram de aplicá-la corretamente à

---

<sup>96</sup> BRASIL. Decreto 10.630/21. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2019-2022/2021/Decreto/D10630.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2021/Decreto/D10630.htm)

<sup>97</sup> BRASIL. Decreto 11.366/23. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2023-2026/2023/Decreto/D11366.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Decreto/D11366.htm)

população comum e que beneficiaram, voluntária ou involuntariamente, um grupo seletivo de indivíduos ligados diretamente ao Estado, seja por mera relação empregatícia, seja por política ou influência.

### **3.3 - Dependência de Decretos**

Tomando partida do que fora dito no subcapítulo anterior, é necessário que nos debruçemos sobre uma questão que permeia a Lei nº 10.826/03, isto é, a dependência de regulamentação das diretrizes legais contidas nela por intermédio de decretos ou portarias advindos do Poder Executivo Federal. Tal poder é privativo ao Executivo por força do Art. 84, IV da CRFB/88.

A maleabilidade jurídico-normativa dada à natureza do tema e sua regulamentação por decretos ocasionará uma demasiada insegurança jurídica além de uma discussão sobre o limite regulatório desses dispositivos, como veremos adiante.

#### **3.3.1 - Calibres das armas de fogo**

Em primeiro momento, devemos observar a problemática mais visível da lei, na medida em que a natureza de suas normas criminais no Capítulo IV do Estatuto é de normas em branco, cujo alcance não é definido inteiramente na redação dos artigos da lei. Isso se manifesta na definição, ou melhor, na falta de consenso de definição de quais seriam os calibres permitidos e calibres restritos, classificados pelo Exército.

A forma como é feita essa classificação é controversa, uma vez que não há exatamente uma forma de estipular quais deveriam ser, em tese, os calibres permitidos e quais deveriam ser os calibres restritos. A nomenclatura e origem

dessa forma de divisão foram subprodutos de decretos da Era Vargas que nada tinham a ver com segurança pública. O Decreto nº 24.602/34<sup>98</sup> e o Decreto nº 1.246/36<sup>99</sup> foram criados em resposta à Revolução Constitucionalista de 1932 em uma tentativa de aumentar o controle do governo federal, primariamente, sob as fábricas civis de armamentos bélicos e sob o tipo e quantitativo de armamento disponível às polícias militares estaduais.

O Exército, atualmente, averigua os calibres e os separa entre permitidos e restritos de acordo com a quantidade de energia máxima da munição ao sair do cano da arma de fogo, sendo medida em joules. Até o Decreto nº 3.665/00<sup>100</sup> a medida máxima estabelecida para armas curtas de calibre permitido era de 407 joules, enquanto as armas longas raiadas, 1355 joules. Também eram consideradas como permitidas as de alma<sup>101</sup> lisa mediante as diretrizes do Art.17, III do referido decreto e as de pressão por gás ou mola com calibre inferior à 6mm. Os decretos anteriores ao Decreto nº 3.665/00 não variaram tão significativamente.

Observou-se uma mudança gradual a partir de 2016, quando o Executivo Federal, por intermédio do Exército, edita a Portaria nº 28 – COLOG/2017<sup>102</sup> e revoga a proibição da utilização de armas de calibre 9x19mm no tiro desportivo contida no Art.81, I da Portaria nº 51 – COLOG/2015<sup>103</sup>, permanecendo ainda como calibre restrito, entretanto. O

---

<sup>98</sup> BRASIL. Decreto 24.602/34. Disponível em:

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/atos/decretos/1934/d24602.html](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/atos/decretos/1934/d24602.html)

<sup>99</sup> BRASIL. Decreto 1.246/36. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-1246-11-dezembro-1936-458789-publicacaooriginal-1-pe.html>

<sup>100</sup> BRASIL. Decreto 3.665/00. Disponível em:

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D3665impressao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3665impressao.htm)

<sup>101</sup> Alma é a denominação técnica que se dá à parte interna do cano da arma.

<sup>102</sup> BRASIL. Portaria n 28 – COLOG/2017. Disponível em:

<http://www.dfpc.eb.mil.br/phocadownload/Portarian28.pdf>

<sup>103</sup> BRASIL. Portaria n 51 – COLOG/2015. Disponível em:

[http://www.dfpc.eb.mil.br/phocadownload/Portarian51\\_COLOG\\_Editada\\_atte\\_port\\_93\\_COLOG\\_29JUN18.pdf](http://www.dfpc.eb.mil.br/phocadownload/Portarian51_COLOG_Editada_atte_port_93_COLOG_29JUN18.pdf)

Decreto nº 3.665/00 é revogado pelo nº Decreto 9.493/18<sup>104</sup>, posteriormente, também é revogado pelo Decreto 9.847/19<sup>105</sup>. É neste último regulamento onde veremos uma mudança considerável sobre as diretrizes de classificação de calibres.

Os calibres permitidos sobem sua máxima, nas armas de porte, de 407 joules para 1620 joules, enquanto nas armas de alma raiada (ou lisa) esse limite sobe de um máximo de 1355 joules para também 1620 joules. A diretriz dos calibres foi retirada do Decreto nº 9.847/19 e passou para o Decreto nº 10.030/19<sup>106</sup> por intermédio de uma alteração prevista no Decreto nº 10.627/21<sup>107</sup>. Ambos os Decretos nº 9.847/19 e nº 10.030/19 foram alterados pelo Decreto nº 11.366/23<sup>108</sup>, no entanto, a classificação dos calibres permaneceu a mesma.

A ideia ou noção de que o Executivo Federal possa, a bel-prazer, realizar alterações na classificação de calibres permitidos ou restritos suscita uma série de problemas. No que tange à flexibilização, no momento que isso for realizado, será gerada a necessidade de uma série de readequações penais com relações aos crimes com armas de fogo presentes no Estatuto. Segue jurisprudência, nesse sentido:

APELAÇÃO CRIME. PORTE ILEGAL DE MUNIÇÃO DE USO RESTRITO, ART. 16, CAPUT, DA LEI Nº 10.826/03. SUFICIÊNCIA PROBATÓRIA. ATIPICIDADE DA CONDUTA

---

<sup>104</sup> BRASIL. Decreto 9.493/18. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2018/Decreto/D9493impresao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Decreto/D9493impresao.htm)

<sup>105</sup> BRASIL. Decreto 9.847/19. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2019/decreto/d9847.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/d9847.htm)

<sup>106</sup> BRASIL. Decreto 10.030/19. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2019-2022/2019/Decreto/D10030.htm#art6](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D10030.htm#art6)

<sup>107</sup> BRASIL. Decreto 10.627/21. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2019-2022/2021/Decreto/D10627.htm#art1](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2021/Decreto/D10627.htm#art1)

<sup>108</sup> BRASIL. Decreto 11.366/23. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2023-2026/2023/decreto/D11366.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11366.htm)

PELA AUSÊNCIA DE LESIVIDADE AO BEM JURÍDICO PROTEGIDO. NÃO ACOLHIDA. DESCLASSIFICAÇÃO DELITIVA PARA O ART. 12, DA LEI Nº 10.826/03. MUNIÇÃO DE CALIBRE 9MM QUE ATUALMENTE É CLASSIFICADA COMO DE USO PERMITIDO. DECRETO Nº 9.847/19 E PORTARIA Nº 1.222, DO COMANDO DO EXÉRCITO. PENA READEQUADA. I - As provas contidas nos autos são suficientes para demonstrar que o réu possuía a munição de calibre 9mm em sua residência, em desacordo com a determinação legal e regulamentar. Por outro lado, mostra-se fantasiosa a afirmação do réu de que desconhecia o material apreendido, já que, segundo foi apurado, a munição estava junto de outros materiais (arma e munição) pertencentes ao réu. II - O delito de posse ilegal de munição é de perigo abstrato e de mera conduta, bastando que o agente incida no tipo penal para que esteja configurado o crime. Daí por que o simples ato de "possuir" a arma de fogo, acessório ou munição, é suficiente para a consumação da conduta. Outrossim, a quantidade apreendida (27 munições de calibre 9mm), não pode ser considerada ínfima nem insignificante. III - Diante da modificação da norma regulamentadora da Lei nº 10.826/03, consistente no Decreto nº 9.847/19 e na Portaria nº 1.222, do Comando do Exército, favorável ao réu, que alterou os parâmetros de aferição dos calibres das armas de fogo e das munições, passando a considerar de uso restrito apenas as munições que atinjam, na saída do cano de prova de armas de porte ou portáteis de alma raiada, energia cinética superior a mil e duzentas libras-pé ou mil seiscientos e vinte joules (art. 2º, inc. IV), necessária a desclassificação do delito para o art. 12, da Lei nº 10.826/03. Conforme a Portaria nº 1.222/2019, do Comando do Exército, a munição calibre 9mm, é de uso permitido. IV - Redimensionada a pena privativa de liberdade para 1 (um) ano de detenção, substituída por apenas uma pena restritiva de direitos. APELO DEFENSIVO PARCIALMENTE PROVIDO. (Apelação Criminal, Nº 50149616620198210022, Quarta Câmara Criminal, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Rogerio Gesta Leal, Julgado em: 09-06-2022)

APELAÇÃO CRIME. PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO DE USO PERMITIDO E PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO DE USO RESTRITO. ARTS. 14 E 16, CAPUT, AMBOS DA LEI Nº 10.826/03. SENTENÇA QUE RECONHECEU O CRIME ÚNICO, CONDENANDO OS RÉUS TÃO SOMENTE PELO DELITO MAIS GRAVOSO. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE QUANTO AO APELANTE A.C.S. QUE CONTAVA 20 ANOS À ÉPOCA DO FATO. COM RELAÇÃO AO APELANTE F.D.R. IMPOSITIVO PROSSEGUIR NO JULGAMENTO. PRELIMINAR DE INCONSTITUCIONALIDADE DOS CRIMES DE PERIGO ABSTRATO AFASTADA. MATERIALIDADE E AUTORIA COMPROVADAS. NECESSÁRIA A DESCLASSIFICAÇÃO PARA O DELITO TIPIFICADO NO

ART. 14, DA LEI Nº 10.826/06. NORMA COMPLEMENTADORA. NOVATIO LEGIS IN MELLIOUS. DECRETO Nº 9.847/2019. A PISTOLA, CALIBRE 9MM, PASSOU A SER CLASSIFICADA COMO DE USO PERMITIDO. APENAMENTO READEQUADO. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE PELA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. I – Preliminarmente, quanto ao apelante A.C.S., mostra-se impositivo o reconhecimento da prescrição da pretensão punitiva estatal, na modalidade intercorrente. O último marco interruptivo da prescrição consistiu na sentença condenatória, a qual foi publicada em 12/01/2017, impondo ao acusado a pena de 3 (três) anos de reclusão, ocorrendo a prescrição no prazo de 4 (quatro) anos (art. 109, inc. IV, do CP), devido à idade do réu na época dos fatos (art. 115, do CP). Verificando-se que o prazo que já transcorreu, e não se configurando outras causas suspensivas ou interruptivas da prescrição, enseja a extinção da punibilidade. II – O Supremo Tribunal Federal já reconheceu a constitucionalidade dos crimes de perigo abstrato previstos na Lei de Armas. III – Pressupostos de materialidade e autoria delitivas consubstanciadas no auto de apreensão, laudos periciais, bem como na prova oral. De acordo com os testemunhos policiais, houve a apreensão de arma de fogo no interior do veículo tripulado pelo apelante, bem como outra arma foi apreendida nas imediações da abordagem, dispensada pelo veículo conduzido pelo réu durante a fuga. Inexistindo interesse escuso dos policiais em acusar o réu injusta e gratuitamente, os testemunhos policiais são considerados prova de reconhecida idoneidade, desde que em consonância com as demais provas dos autos, exatamente como no caso. IV - Impositiva a desclassificação do delito do art. 16, caput, para o tipificado no art. 14, ambos da Lei nº 10.826/03, diante da modificação da norma regulamentadora, consistente no Decreto nº 9.847/19, que alterou os parâmetros de aferição dos calibres das armas de fogo (art. 2º, inciso I). Conforme a Portaria nº 1.222/2019, do Comando do Exército, a pistola calibre 9mm, enquadra-se como arma de fogo de uso permitido. V - Redimensionada a pena privativa de liberdade para 2 (dois) anos de reclusão. Em vista disso, o prazo prescricional incidente na espécie é de 4 (quatro) anos, restando extinta a punibilidade, também quanto ao apelante F.D.R., pelo advento da prescrição na modalidade intercorrente, com fundamento no art. 107, inc. IV, no art. 109, inc. V, do CP. APELOS DOS RÉUS PROVIDOS. EXTINTA A PUNIBILIDADE PELO ADVENTO DA PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA INTERCORRENTE. (Apelação Criminal, Nº 70076038686, Quarta Câmara Criminal, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Rogerio Gesta Leal, Julgado em: 30-03-2022)

Por mais que as alterações aqui observadas tenham sido realizadas *in bonan partem* aos réus, a mudança de classificações pelo ímpeto arbitrário do

Executivo pode gerar uma confusão nos agentes reguladores e policiais, além de causar toda uma nova movimentação processual, gerando custos adicionais ao erário público.

Nota-se também que a alteração também gera impacto no imaginário regulatório do legislador, o que pode impactar tantas alterações propostas a Lei nº 10.826/03 quanto à outras leis. Como exemplo, a Lei nº 13.964/19<sup>109</sup>, apelidada de Pacote Anticrime, realizou alterações em diversos tipos penais e fez aumentos de cálculos de pena para crimes realizados com armas de fogo de calibres restritos. Uma dessas alterações foi no Art. 157, § 2º-B do Código Penal:

Art. 157 - Subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência a pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência:

Pena - reclusão, de quatro a dez anos, e multa.

§ 2º-B. Se a violência ou grave ameaça é exercida com emprego de arma de fogo de uso restrito ou proibido, aplica-se em dobro a pena prevista no caput deste artigo.

A Lei nº 13.964/19 foi redigida durante a vigência do Decreto nº 9.847/19. Ao definir uma penalidade ou aumento desta, o legislador utilizou-se de uma definição de calibres restritos que fora ampliada. Se, futuramente, o Executivo Federal decidir restringir o quantitativo de calibres permitidos e alterar a máxima de joules para valores inferiores, o que ocorrerá será um agravamento colateral das normas que sofreram alterações nesse sentido.

---

<sup>109</sup> BRASIL. Lei 13.964/19. Disponível: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2019/lei/113964.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/113964.htm)



Ainda com relação à Lei nº 13.964/19 e à reiterada alteração de decretos referentes às armas de fogo, salienta-se a opinião, do jurista Renato Brasileiro de Lima ao tentar explicar um dos artigos do Pacote Anticrime que lidava com armas de fogo<sup>110</sup>:

Atente o leitor para a existência de um verdadeiro caos normativo decorrente da sucessão irracional de Decretos do Presente da República regulamentando o Estatuto do Desarmamento ao longo do ano de 2019. Com efeito, em menos de um ano de governo, de modo a atender às promessas de campanha divulgadas pelo atual Presidente quando ainda candidato, foram editados nada mais nada menos do que 8 (oito) Decretos com o objetivo de regulamentar a Lei n. 10.826/03, instalando, nessa seara, uma verdadeira balburdia.

Vale mencionar também que a expansão de calibres permitidos somada ao aumento do número de armas de fogo registradas nos últimos anos poderá gerar uma situação bastante delicada quanto às armas de fogo registradas no SINARM. Caso um indivíduo possua, legalmente, uma arma de fogo de calibre permitido que anteriormente fora de calibre restrito, qualquer alteração de forma a retornar esse status da arma ao calibre restrito levará à imediata ilegalidade da arma pela incompatibilidade desta com o sistema do SINARM como dita a Lei nº 10.826/03<sup>111</sup>.

Assim, centenas de milhares de pessoas poderiam ser consideradas passíveis de estarem infringindo o Estatuto. Isso também levantaria um debate sobre em qual tipo penal estariam incorrendo, uma vez que as armas não só foram adquiridas legalmente, como também foram devidamente registradas no que à época era o devido sistema. Um entendimento mais leniente seria o de enquadramento no Art. 12 da Lei nº 10.826/03, que trata da posse irregular de

---

<sup>110</sup> DE LIMA, Renato Brasileiro. Pacote Anticrime: Comentários à Lei 13.964/19 Artigo por Artigo. 2ª ed. Salvador: Editora Juspodivm. 2021. p. 322

<sup>111</sup> Como dita o *caput* do Art.4 da Lei 10.826/03, a posse civil para defesa pessoal é somente para as armas de calibre permitido. As armas de calibre restrito devem ser registradas no sistema SIGMA, como dita o Parágrafo Único do Art.3 da mesma lei.

arma de fogo de uso permitido, enquanto o entendimento mais literal e restritivo seria o do enquadramento no Art. 16, da posse (ou porte) ilegal de arma de fogo de uso restrito, também do Estatuto.

Tudo isso, claro, não leva em conta o aspecto prático da alteração, que seria a obrigatoriedade, autoimposta pelo Executivo Federal, de confisco dessas armas de fogo das mãos da população civil. Uma operação de massiva escala, com riscos agregados, que teria uma chance pequena de êxito se depender do esforço puro das forças policiais, dependendo, então, da boa vontade popular de participações em uma nova campanha para o desarmamento e entrega voluntária de armas.

### **3.3.2 - Limites Reguladores**

Devidos às alterações causadas pelos Decretos promulgados em 2019 e 2021, e às reações midiáticas, jurídicas e legislativas a elas relacionados, acabou-se levantando uma questão bastante importante: “Qual o limite de regulação disponível ao Executivo para com a Lei nº 10.826/03?”. Não há uma resposta fácil ou imediata para a questão, pelo menos não uma que envolva satisfatória ponderação de variados aspectos relativos à Constituição, à natureza e origem da lei, aos seus decretos e à realidade fática que permeia todo o debate relacionado ao tema.

A ideia que norteia a Lei nº 10.826/03 é a de controle apropriado do armamento nacional, portanto, não pode prosperar qualquer entendimento normativo cujo objetivo ou consequência seja a maior liberação sem um sistema ou aparelhamento institucional público de fiscalização compatível que possa evitar uma lesão à segurança pública.

Em tempos recentes, o Executivo Federal vem editando uma série de decretos que reacenderam o debate público e acadêmico sobre qual o limite regulatório do Executivo em relação à Lei nº 10.826/03, principalmente se o escopo ou intenção dos decretos é a facilitação ao acesso, alteração ou extinção de sistemas de controle vigentes ou a ampliação do quantitativo ou natureza do armamento e munição disponível a população civil.

O primeiro ponto a ser levantando é que o Decreto nº 5.123/04 não estabeleceu um “teto” sobre os limites, procedimentos ou restrições impostas ao cidadão. Não pode um governo restringir outro, posterior, estabelecendo critérios reguladores normativos os quais não podem ser alterados ou aprimorados. Caso contrário, isso estabeleceria uma natureza inflexível aos decretos, imprópria de seu gênero.

Como exemplo, o Decreto nº 5.123/04 permitia que fossem estabelecidos, por meio de portarias, o limite de armas de fogo que um civil poderia ter em sua posse pelo SINARM, para legítima defesa. O Decreto nº 9.685/19 alterou a redação do decreto anterior, adicionando o Art. 12, §8º, criando a possibilidade de que fossem adquiridas até quatro armas de fogo por civil.

O aumento ou estabelecimento de um número um pouco mais elevado não necessariamente é violador da natureza da Lei nº 10.826/03, nem estaria extrapolando a competência do Executivo Federal. Este último, ao realizar esse aumento, deve se certificar que apresenta as condições institucionais de controle apropriadas para lidar com o aumento de pedidos feitos à Polícia Federal, bem como com a fiscalização do registro desse novo armamento.

O mesmo não pode ser dito, entretanto, do aumento que foi feito ao número de armas que poderiam ser registradas aos caçadores, atiradores e colecionares (vulgo, CACs) em 2019. Por exemplo, o número de armas disponíveis aos atiradores desportivos era estabelecido por meio da Portaria n° 51 – COLOG/15. O Art. 78 da Portaria estabelecia uma separação por níveis, enquanto o Art. 85, § 1º, regulava a quantidade de armas por nível. Segue:

Art. 78. Os níveis de situação do atirador desportivo são: I – nível I: a) atirador desportivo vinculado a uma entidade de prática do tiro; b) atirador desportivo que compete em provas de âmbito local (municipal) ou praticante de tiro como atividade de recreação. II – nível II: a) atirador desportivo vinculado a uma entidade de prática do tiro; b) atirador desportivo que compete em provas de âmbito distrital (Distrito Federal), estadual e/ou regional. III – nível III: a) atirador desportivo vinculado a uma entidade de prática do tiro; b) atirador desportivo que compete em provas de âmbito nacional e/ou internacional.

Art. 85. O atirador desportivo pode adquirir armas para seu acervo: por importação; na indústria nacional; no comércio; de particular; de atirador desportivo, colecionador ou caçador; por alienação promovida pelas Forças Armadas e Auxiliares; em leilão; por doação e por herança, legado ou renúncia de herdeiros. §1º Respeitadas as armas proibidas para utilização no tiro desportivo, ficam estabelecidas as quantidades de armas para uso exclusivo na atividade: I – atirador desportivo nível I: até quatro armas de fogo, sendo até duas de calibre restrito; II – atirador desportivo nível II: até oito armas de fogo, sendo até quatro de calibre restrito; e III – atirador desportivo nível III: até dezesseis armas de fogo, sendo até oito de calibre restrito.

Dessa forma, o atirador desportivo que desejasse praticar de forma recreativa ou que tivesse iniciado no esporte há pouco tempo, estaria limitado à quatro armas de fogo, duas de calibre permitido e duas de calibre restrito. Com o Decreto n° 9.846/19, houve o estabelecimento de um limite de sessenta armas de fogo, sendo trinta de calibre permitido e trinta de calibre restrito. Textualmente, conforme o texto original da data de publicação:

Art. 3º A autorização para aquisição de arma de fogo de porte e de arma de fogo portátil por colecionadores, atiradores e caçadores será concedida, desde que comprovado o cumprimento dos requisitos a que se refere o § 2º, observados os seguintes limites:

I - para armas de uso permitido:

c) trinta armas de fogo, para os atiradores; e

II - para armas de uso restrito:

c) trinta armas, para os atiradores.

O entendimento de que o Poder Executivo Federal extrapolou suas competências regulatórias, no que diz respeito à quantidade disponível de armamento, é corroborado pelo Ministro do Supremo Tribunal Alexandre de Moraes, durante o plenário virtual do julgamento de mérito da ADI 6675, que lidava com o referido dispositivo. *In verbis*, na minuta de voto<sup>112</sup>:

O Decreto 9.846/2019 também permitiu que o CAC adquirisse armas de uso permitido em quantidade superior aos referidos limites, desde que autorizado pelo Comando do Exército. Entretanto, ao exigir que tal autorização fosse apresentada no momento da aquisição de tais armas excedentes, o diploma aparentou estender a possibilidade de ultrapassar os limites também para as armas de uso restrito, ao fazer referência ao inciso II do caput. É importante notar que a Portaria COLOG 51/2015 já permitia anteriormente que o Atirador Desportivo Nível III solicitasse autorização para adquirir um número de armas além do limite nela previsto, mas não estendia tal possibilidade aos demais CACs. Pela atual disciplina estabelecida pelo Decreto 9.846/2019, a Portaria COLOG 136/2019 reiterou a possibilidade de o CAC adquirir armas de uso permitido além dos limites, mas não previu a aquisição de armas de uso restrito excedentes. Tampouco regulamentou os requisitos ou o procedimento para a autorização de aquisição de armas além do limite. Não há qualquer razoabilidade na extensão desses limites a patamar tão elevado, pois se limita a

---

<sup>112</sup> BRASIL. Supremo Tribunal Federal - STF. Plenário Virtual – Minuta de Voto-Vista do Ministro Alexandre de Moraes. 17/09/2021. Págs. 15-16. Disponível em: [https://www.migalhas.com.br/arquivos/2021/9/5A3FE945F5A3BC\\_5415867.pdf](https://www.migalhas.com.br/arquivos/2021/9/5A3FE945F5A3BC_5415867.pdf)

possibilidade de controle sobre situações excepcionais – formação de grandes acervos bélicos privados - que efetivamente reclamam maior atenção dos órgãos estatais. Naturalmente, o atirador desportivo poderá formar um acervo significativo de armas se desenvolver essa atividade em nível realmente competitivo. Mas, mesmo considerando essa possibilidade, o patamar de 60 armas de fogo (30 de uso permitido e 30 de uso restrito) é injustificado em situações usuais de prática desportiva, especialmente para atiradores iniciantes e com pouca prática do desporto. (ADI 6675 – Minuta de voto-vista no plenário virtual – Ministro Alexandre de Moraes – 17/09/21)

Vale ressaltar, entretanto, que após o voto-vista do Ministro Alexandre de Moares na ADI 6675, o Ministro Nunes Marques pediu, no mesmo dia, vista aos autos do processo, suspendendo o julgamento, situação que permanece inalterada até a entrega do presente trabalho<sup>113</sup>.

Outro caso, mais recente, em que se discute a extrapolação de competência por parte do Executivo Federal, foi o do Decreto 11.366/23<sup>114</sup>, no referente ao seu papel no estabelecimento dos critérios pelos quais fora realizado o cadastramento de armas de fogo adquiridas a partir da edição do Decreto nº 9.785/03, que se encerrou no dia 3 de maio de 2023<sup>115</sup>.

O Decreto nº 11.366/23, na redação original do seu Art.2, estabelecia que as armas de fogo de calibre permitido e de calibre restrito deveriam ser cadastradas no Sistema Nacional de Armas (SINARM) no prazo de sessenta dias. Uma vez que o Decreto foi publicado no dia 3 de janeiro de 2023, mas a Portaria nº 299 do Ministério da Justiça e Segurança Pública que regulava o processo de cadastramento só foi publicada no dia 1 de fevereiro de 2023<sup>116</sup>,

<sup>113</sup> Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=6111946>

<sup>114</sup> BRASIL. Decreto 11.366/23. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2023-2026/2023/decreto/D11366.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11366.htm)

<sup>115</sup> BRASIL. Decreto 11.455/23. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2023-2026/2023/decreto/D11455.htm#art1](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11455.htm#art1)

<sup>116</sup> BRASIL. Portaria MJSP Nº 299. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-mjsp-n-299-de-30-de-janeiro-de-2023-461473918>

houve a necessidade de extensão do prazo legal por mais trinta dias, mediante o Decreto nº 11.455/23. Assim, o cadastramento pode ser realizado, de fato, pelo período de sessenta dias, como originalmente fora vislumbrado.

Salvo toda a discussão pertinente à comprovação de efetiva necessidade, já levantada em subcapítulo anterior, que se viu mais uma vez retornando no Art. 5º, I do Decreto nº 11.366/23, o principal problema identificado foi a imposição do *caput* Art. 2º do mesmo: (i) de que se realizasse o registro de ambos os calibres permitidos e os calibres restritos no SINARM, de competência da Polícia Federal e (ii) da necessidade de cadastramento, no mesmo sistema, das armas em posse dos CACs. Na redação atual do decreto:

Art. 2º As armas de fogo de uso permitido e de uso restrito adquiridas a partir da edição do Decreto nº 9.785, de 7 de maio de 2019, serão cadastradas no Sistema Nacional de Armas - Sinarm até 3 de maio de 2023, ainda que cadastradas em outros sistemas, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 2º da Lei nº 10.826, de 2003.

Com relação ao primeiro ponto, há uma contradição direta com o Art. 3º, *caput* e parágrafo único, da Lei nº 10.826/03. O *caput* do artigo determina que é obrigatório o registro de arma de fogo em órgão competente, enquanto o parágrafo único estabelece que as armas de fogo de uso restrito serão registradas no Comando do Exército. A realização de um recadastro de armas de calibre restrito no SINARM é *contra legem*. O que deveria ter sido feito era um cadastramento desse armamento no Sistema de Gerenciamento Militar de Armas, o SIGMA.

Já o segundo ponto diz respeito à outra contradição legal pertencente ao *caput* do Art. 2º do Decreto nº 11.366/23. No final do dispositivo, há uma ressalva expressa ao disposto no parágrafo único do Art. 2º do Estatuto do

Desarmamento. O Art. 2º, parágrafo único, da referida lei dita que as disposições referentes ao SINARM, contidas ao longo dos onze incisos do artigo, não alcançam as armas de fogo das Forças Armadas e Auxiliares, bem como as demais que constem dos seus registros próprios.

O Art. 2, parágrafo único, em sintonia com o Art. 24 da Lei nº 10.826/03, estabelecerão então que o registro próprio das armas de fogo dos caçadores, atiradores e colecionadores é de competência do Comando do Exército. A maneira legalmente correta de ter sido realizado esse recadastramento dessas armas era por intermédio do órgão competente. O Poder Executivo Federal, entretanto, ignorou o disposto em lei, e forçou o recadastramento das armas de fogo dos CACs no SINARM, sobre a ameaça de enquadramento nos ilícitos penais dos Arts. 12, 14 e 16, como redigido no Art.4 da Portaria nº 299 do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Estes e mais outros temas viraram, nos últimos meses, motivo de discussão no Congresso Nacional, com pedidos para a suspensão do decreto referente ao recadastramento. O mais avançado desses pedidos é o Projeto de Decreto Legislativo nº 3/2023, já aprovado na Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado da Câmara dos Deputados e agora encaminhado para a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da mesma casa legislativa.

As situações apresentadas, quanto ao quantitativo de armas disponíveis e ao recadastramento, ilustram apenas duas facetas do debate público e jurídico com relação ao Executivo extrapolando ou supostamente ultrapassando as competências de regulação legal dispostas pelo Art.84, IV da CRFB/88.



## **Conclusão**

Não há como se negar que a Lei nº 10.826/03, o Estatuto do Desarmamento (como popularmente conhecida), é um marco legal no sistema jurídico brasileiro. Suas alterações impactaram os últimos quase vinte anos de políticas públicas e regulações referentes ao controle de armamentos no país.

Entretanto, encontramos diversas adversidades, sejam aquelas contidas ou permitidas pela legislação em análise, na forma de decretos dos quais o Estatuto depende para sua regulamentação, seja nas inconveniências que rondam os debates técnicos, acadêmicos, jurídicos, seja, ainda, pela insuficiência destes últimos.

Não há numerosa doutrina especializada sobre a legislação estudada pelo trabalho. Sua apreciação doutrinária em livros focados no tema é acanhada, com algumas das poucas literaturas já existentes estando defasadas em meio às alterações jurídicas realizadas ao longo dos anos. Não obstante, as análises disponíveis da lei em sua maioria se restringem aos compilados de leis penais especiais, cuja maioria não chega a raspar a superfície do tópico ou indagar sobre suas complexidades.

O que se observa vindo do Poder Executivo Federal, quanto às regulações referentes à Lei nº 10.826/03, é uma obstinada inconsistência, presente nas contradições dos decretos com o texto ou natureza da lei. Isso é exacerbado pelas constantes trocas de rumos de governança e posição do governo federal, que somente alteram por qual lado será dinamitada a inicial intenção legislativa para a lei, em troca de uma reconstrução em favor do entendimento jurídico mais politicamente favorável ao regime governamental

vigente. Em suma, o que se observa é uma escaramuça pelas diversas partes interessadas, com cada uma procurando uma lei para chamar de sua.

Enquanto não houver um esclarecimento normativo, por intermédio do Poder Legislativo, sobre o que se entende, o que se quer e o que se espera de uma norma como a Lei nº 10.826/03, o que se pode conjecturar é que se manterão as inconsistências interpretativas e regulamentares, de forma a causar impactos negativos na segurança pública, na população civil e em setores econômicos que movimentam capital e trabalho significativo no mercado nacional.

## Bibliografia – Livros e Artigos

MARCÃO, Renato. *Estatuto do Desarmamento – Anotações e interpretação jurisprudencial da parte criminal da Lei n. 10.826/2003*. 5º Edição. Editora Saraiva Educação, 2021.

DE JESUS, Damásio Evangelista. *Direito Penal do Desarmamento*. 5º Edição. São Paulo: Editora Saraiva, 2005.

BARROS, Walter da Silva. *Estatuto do Desarmamento Comentado: Um Estudo Comparado com a Lei de Armas de Fogo Lei n ° 9.437/97*. 1º Edição. Rio de Janeiro: Editora Espaço Jurídico, 2004.

LANGEANI, Bruno. *Armas de Fogo no Brasil: Gatilho da Violência*. 1º Edição Rio de Janeiro: Editora Telha, 2021.

QUINTELA, Flavio; BARBOSA, Bene. *Mentiram Para Mim Sobre O Desarmamento*. 1º Edição. Campinas: Vide Editorial, 2015.

DE LIMA, Renato Brasileiro. *Pacote Anticrime: Comentários à Lei 13.964/19 Artigo por Artigo*. 2ª Edição. Salvador: Editora Juspodivm. 2021.

DE LIMA, Renato Brasileiro. *Legislação Criminal Especial Comentada*. 9º Edição. Salvador: JusPodivm. 2021.

DELMANTO, Roberto; DELMANTO JUNIOR, Roberto; DELMANTO, Fabio M. De Almeida. *Leis Penais Especiais Comentadas*. 3º Edição. São Paulo: Saraiva. 2018.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito Administrativo*. 35ª Edição. São Paulo: Gen/Forense, 2022.

JOHNSON, Nicholas J.; KOPEL, David B.; MOCSARY, George A.; WALLACE, E. Gregory; KILMER, Donald. *Firearms Law and The Second Amendment: Regulation, Rights, and Policy*. Estados Unidos da América: Wolters Kluwer, 2022.

SANTAELLA-TENORIO, Julian. et al. *What Do We Know About the Association Between Firearm Legislation and Firearm-Related Injuries?*. Estados Unidos da America: Epidemiologic Reviews, 2017.

SMART, Rosanna et al. *The Science of Gun Policy: A Critical Synthesis of Research Evidence on the Effects of Gun Policies in the United States*. Estados Unidos da América: RAND Corporation, 2022.

NATIONAL RESEARCH COUNCIL. *Firearms and Violence: A Critical Review*. Washington, DC: The National Academies Press, 2004.

WAKIM, Vasconcelos Reis; TEIXEIRA, Evandro Camargos. *Estatuto do Desarmamento no Brasil: Uma Análise Sob a Ótica da Eficiência*. Brasília: Economic Analysis of Law Review, 2018.

HAHN, Robert A. et al. *First Reports Evaluating the Effectiveness of Strategies for Preventing Violence: Firearms Laws*. Estados Unidos da America: Morbidity and Mortality Weekly Report, 2003.

LANKEVICH, George J. *New York City: A Short Story*. Nova York: New York University Press, 2002.

## **Bibliografia - Sites**

BROWN, Aaron; MONTICELLO, Justin. *Do Studies Show Gun Control Works? No*. Reason, 2022. Disponível em: [reason.com/video/2022/03/31/do-studies-show-gun-control-works-no/](https://reason.com/video/2022/03/31/do-studies-show-gun-control-works-no/). Acesso em: 08/06/2023.

PRAGUE MORNING. *Czech Republic passes constitutional amendment enshrining right to use weapon in self-defense*. ConstitutionNet, 2021. Disponível em: [constitutionnet.org/news/czech-republic-passes-constitutional-amendment-enshrining-right-use-weapon-self-defense](https://constitutionnet.org/news/czech-republic-passes-constitutional-amendment-enshrining-right-use-weapon-self-defense). Acesso em: 08/06/2023

ROBERTS, Sam. *Metro Matters; 50 years of crime, and stereotypes*. New York Times, 1992. Disponível em: [nytimes.com/1992/03/02/nyregion/metro-matters-50-years-of-crime-and-stereotypes.html](https://nytimes.com/1992/03/02/nyregion/metro-matters-50-years-of-crime-and-stereotypes.html). Acesso em: 08/06/2023

LIPTAK, Adam. *Supreme Court to Hear Case on Carrying Guns in Public*. New York Times, 2021. Disponível em: [nytimes.com/2021/04/26/us/supreme-court-gun.html](https://nytimes.com/2021/04/26/us/supreme-court-gun.html). Acesso em: 08/06/2023

G1 DISTRITO FEDERAL. *DF tem maior número de registros de armas do país, aponta Anuário da Segurança Pública*. G1, 2021. Disponível em: [g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2021/07/18/df-tem-maior-numero-de-registros-de-armas-do-pais-aponta-anuario-da-seguranca-publica.ghtml](https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2021/07/18/df-tem-maior-numero-de-registros-de-armas-do-pais-aponta-anuario-da-seguranca-publica.ghtml). Acesso em: 08/06/2023

METYCH, Michele. *Stand-your-ground laws*. Britannica, 2023. Disponível em: [britannica.com/topic/stand-your-ground-laws](https://www.britannica.com/topic/stand-your-ground-laws). Acesso em: 08/06/2023

GRIEVE, Tom. *May-Issue vs. Shall-Issue Concealed Carry States*. United States Concealed Carry Association, 2019. Disponível em: [usconcealedcarry.com/blog/may-issue-vs-shall-issue-concealed-carry-states/](https://usconcealedcarry.com/blog/may-issue-vs-shall-issue-concealed-carry-states/). Acesso em: 08/06/2023

REINO UNIDO. *Statistics on firearm and shotgun certificates, England and Wales: April 2021 to March 2022*. Home Office, 2022. Disponível em: [www.gov.uk/government/statistics/statistics-on-firearm-and-shotgun-certificates-england-and-wales-april-2021-to-march-2022/statistics-on-firearm-and-shotgun-certificates-england-and-wales-april-2021-to-march-2022](https://www.gov.uk/government/statistics/statistics-on-firearm-and-shotgun-certificates-england-and-wales-april-2021-to-march-2022/statistics-on-firearm-and-shotgun-certificates-england-and-wales-april-2021-to-march-2022). Acesso em: 14/06/2023

VOLOKH, Eugene. *43 States to 6 States, Says the S. Ct. About Shall-Issue Concealed Carry Rules: What's the Missing State?* Reason, 2022. Disponível em: [reason.com/volokh/2022/06/25/43-states-to-6-states-says-the-s-ct-about-shall-issue-concealed-carry-rules-whats-the-missing-state/](https://reason.com/volokh/2022/06/25/43-states-to-6-states-says-the-s-ct-about-shall-issue-concealed-carry-rules-whats-the-missing-state/). Acesso em: 14/06/2023